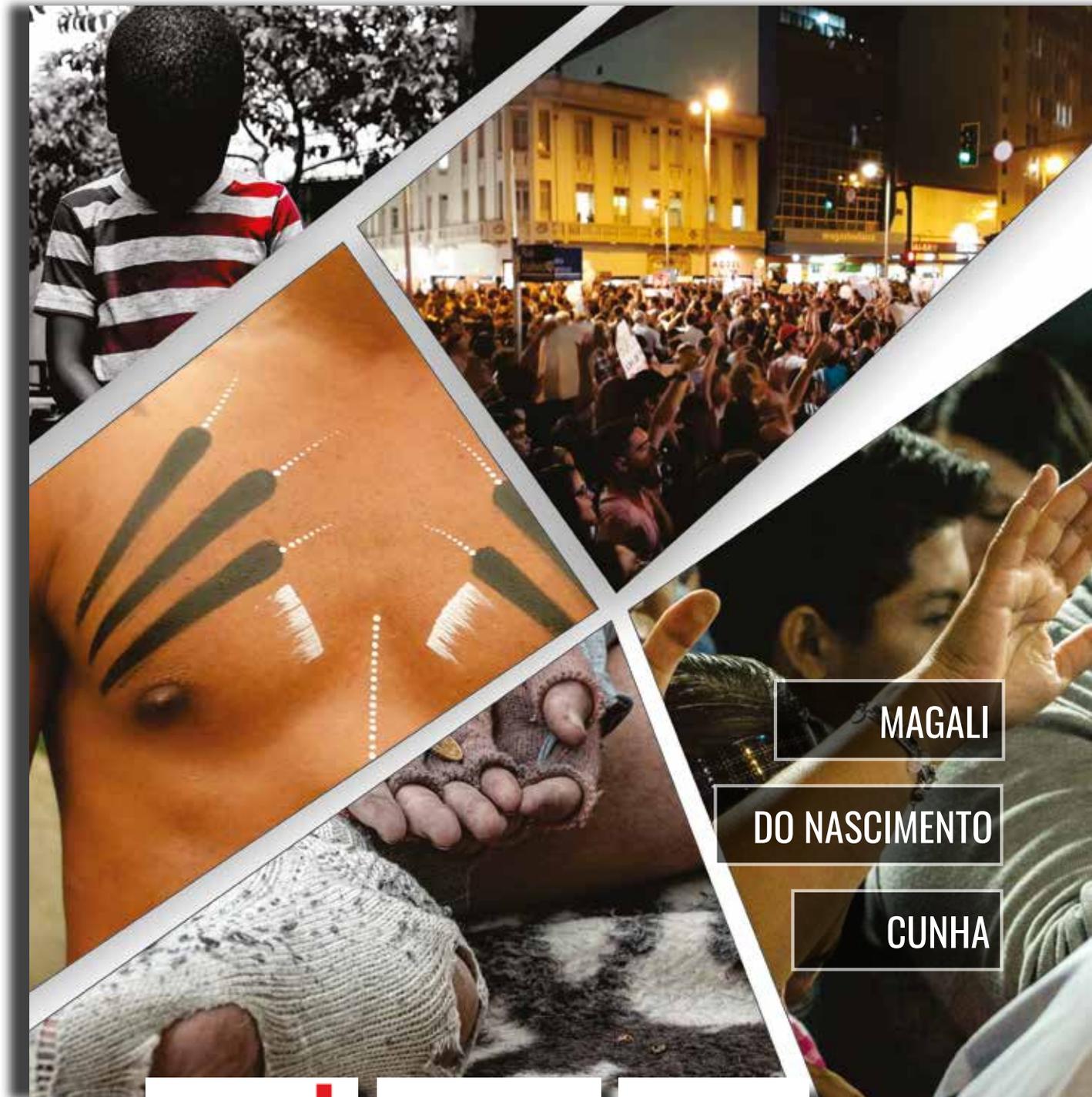


# Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul:

tendências e desafios para a ação



MAGALI

DO NASCIMENTO

CUNHA

**act**  
Iglesia Sueca

**FESUR**

christian  
**aid**

Este produto é resultado da ação do Fórum Ecumênico ACT Sul-Americano (FESUR)

**Editora:**

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço



**Autora:**

Magali do Nascimento Cunha

**Licença:**

Licença CC BY-NC-SA 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

**Fotos:**

pixabay.com

**Tradução:**

Espanhol: Carlos José Beltrán Acero

Inglês: Samyra Lawall

**Projeto gráfico e diagramação:**

Editora Siano

**Copyright desta edição por:**

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

---

**Financiado por Act Igreja da Suécia**



As opiniões expressas neste documento são de responsabilidade exclusiva da autora e não necessariamente representam as posições da Act Igreja Sueca.

**Apoio:**



Christian Aid

<http://www.christian-aid.org.uk>

---

C972      Cunha, Magali do Nascimento

Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação / Magali do Nascimento Cunha, Salvador [Bahia]: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2020.

62 p.

ISBN 978-65-992298-1-7

1. Política. 2. Direitos Humanos. 3. Fundamentalismo  
4. América do Sul. 5. Intolerância Religiosa. I Título.

CDD 261.7

---

# Índice

<b>Introdução</b>	<b>5</b>
Argentina 2018	6
Brasil 2016	8
Colômbia 2016	10
Peru 2016	12
Elementos em comum	14
A pesquisa do FESUR	15
<b>1. Os fundamentalismos como fenômeno religioso-político na América Latina</b>	<b>16</b>
1.1 Um terreno fértil para a emergência de fundamentalismos	16
1.2 A busca de uma definição	20
1.2.1 As muitas transformações de um conceito	21
Origem protestante	21
Internacionalização e politização	22
A maioria moral, a nova direita cristã	23
As correntes contemporâneas do fundamentalismo nos Estados Unidos	24
O viés fundamentalista católico-romano	24
1.2.2 Uma tentativa de definição	25
<b>2. Tendências fundamentalistas na região</b>	<b>27</b>
2.1 Fundamentalismos contextualizados	28
2.1.1 A reação sobre os direitos sexuais e reprodutivos	29
2.1.2 O discurso “pró-família” como um projeto econômico-político	30
2.1.3 Pânico moral e permanente embate com inimigos	31
2.1.4 Ameaça a comunidades tradicionais	32
2.1.5 Ações coordenadas	36
2.1.6 Os temas do Estado laico e da liberdade religiosa	37
2.2 Novos movimentos fundamentalistas dos Estados Unidos na América do Sul	39
2.2.1 Teologia do Domínio	39
2.2.2 Guerra cultural	40
2.2.3 Missão entre indígenas	43
<b>3. Possíveis estratégias de resposta</b>	<b>44</b>
3.1 Autocrítica necessária	44
3.2 Compreender mais adequadamente o papel da religião e a relação dela com a sociedade	46
3.3 Retomar formação para o pensamento crítico	46
3.4 Desnudar o campo conservador e os fundamentalismos	47
3.5 Compreender e atuar mais profundamente diante da complexidade das demandas sociais	48
3.6 Considerar as emoções e as novas linguagens na organização da vida social	48
3.7 Rever o discurso de defesa do Estado Laico como oposição aos fundamentalismos	49
3.8 Atenção à juventude	49
3.9 Aprender com comunidades indígenas e afrodescendentes	49
3.10 Reformular processos comunicacionais	50
<b>A título de conclusão: o coronavírus e a potencialização da crise na democracia e nos direitos humanos</b>	<b>50</b>
<b>Referências</b>	<b>53</b>



**act**  
Iglesia Sueca 

**FESUR**

**christian  
aid** 

# Introdução

**T**ransformações na arena pública em termos sociopolíticos, econômicos, culturais e ambientais, na América do Sul, observadas durante as últimas duas décadas, têm gerado preocupação, provocado reflexões e evocado planejamento de ações de enfrentamento da parte de organizações que atuam na defesa dos direitos humanos e ambientais. Isto ocorre por serem mutações, no contexto de diferentes países, na forma de reações a avanços e conquistas no campo dos direitos de trabalhadores, de mulheres e de minorias sociais, seguidos de retrocessos e obstáculos políticos de diversas ordens.

A pesquisa “Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação” é uma iniciativa do Fórum Ecumênico ACT Aliança Sulamericano (FESUR). O projeto nasceu da preocupação de igrejas e organizações baseadas na fé (OBFs), articuladas por meio da ACT Aliança, com essas mutações observadas no continente, avaliadas como reflexos de diferentes expressões de fundamentalismo.

Estas preocupações foram indicadas na Conferência Global sobre a América Latina e o Caribe, (Guatemala 27 a 29 de março de 2019), com integrantes dos Fóruns da ACT Aliança do Brasil, da Argentina, do Peru e da Colômbia. Foram ressaltadas as evidentes crises políticas, o aprofundamento das desigualdades, a redução de espaços para participação da sociedade civil, o aumento do assassinato de defensores dos direitos humanos e o conseqüente enfraquecimento das democracias. Foi reconhecida uma agenda fundamentalista eficaz na região, com grande capital econômico e político, fruto de seu capital religioso, que tem conseguido obstaculizar direitos conquistados pelas mulheres e pela comunidade LGTBI+, confrontar sistemas judiciais nacionais, influenciar e, em alguns casos, desestabilizar democracias.

Desde a década de 1970, com a revolução iraniana (islâmica), os ataques de 11 de setembro de 2001, e a entrada no século 21, com os novos contornos da relação entre cristãos /ãs; e política na América Latina, a noção de “fundamentalismo” foi resignificada. A origem do termo remonta à tendência ultraconservadora de um segmento protestante dos Estados Unidos, na virada do século 19 para o 20, enraizado na interpretação literal da Bíblia, classificada como inerrante, em reação à modernidade, (encarnada na teologia liberal e no estudo bíblico contextual com mediação das ciências humanas e sociais), em defesa dos fundamentos imutáveis da fé cristã. De lá para cá, a perspectiva fundamentalista foi se transformando, no interior do evangelicalismo mesmo, e ultrapassou as fronteiras da religião. Torna-se uma matriz de pensamento, uma postura, ancorada defesa de uma verdade e na imposição dela à sociedade.

É fato que, nas últimas décadas, grupos religiosos e não religiosos surgiram no espaço público, em diferentes contextos do mundo, com ações que podem ser classificadas como «fundamentalistas», caracterizadas como reativas e reacionárias às mudanças sociais. Nesse sentido, observa-se que o fundamentalismo se torna um fenômeno social que ultrapassa a dimensão religiosa, ganha um perfil mais diversificado e adquire caráter político, econômico, ambiental e cultural. Nessas ações, certos “fundamentos” são escolhidos para persuadir a sociedade, a fim de estabelecer fronteiras e lutar contra “inimigos”, o que frequentemente resulta em um movimento polarizador e separatista, que nega o diálogo, a democracia e estabelece um pensamento único que visa direcionar as ações no espaço público.

O caso mais emblemático no período contemporâneo na América do Sul é o Brasil, por conta da eleição do militar de extrema-direita Jair Bolsonaro à Presidência da República (2018), resultante de um intenso processo reacionário a avanços no campo dos direitos sociais, sexuais e reprodutivos. No entanto, observa-se que na Colômbia, no Peru e na Argentina, países priorizados na iniciativa de pesquisa do FESUR, juntamente com o Brasil, há processos que denotam situações similares, em períodos bastante próximos, indicando uma espécie de padrão fundamentalista de intervenção nas democracias e nas ações por direitos humanos do continente. Em 2020, com a pandemia da Covid-19, este quadro foi agravado e toda esta conjuntura evidenciada. Os casos descritos a seguir oferecem um panorama destes processos.

## Argentina 2018



A “Campanha Nacional pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito”, lançada em 2013, pelos movimentos de mulheres, com o lema “Educação sexual para decidir, anticonceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer”, ganha a forma de projeto de lei, em 2018. Era o resultado de um processo de emergência de diversos grupos da sociedade civil, entre eles movimentos feministas e pela diversidade sexual, depois de duros anos da última ditadura militar (1976-1983). Ao mesmo tempo se estabeleciam grupos denominados “pró-vida”, cujo objetivo é a afirmação da vida desde a concepção, com oposição às pautas de direitos sexuais e reprodutivos.

Durante a presidência de Carlos Menem, nos anos 1990, responsável pela implantação das políticas neoliberais no país, houve o fortalecimento das campanhas “pró-vida” da parte do poder executivo, com apoio da Corte Suprema de Justiça, que atuava na aprovação de ações judiciais relacionadas a restrições de contracepção.

A abertura no campo dos direitos sociais e sexuais chega nos anos 2000. A Argentina passou a viver 12 anos dos governos de Nelson e Cristina Kirchner (2003-2015), identificados como “progressistas”, por conta da ampliação de

direitos sociais, em especial, de trabalhadores, e taxações mais amplas sobre o rico setor agrário.

Foi nos anos Kirchner que o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo no país tornou-se lei (2010), travestis e transexuais a escolherem seu sexo no registro civil e retificar o nome de batismo e a foto de identidade por lei (2012). Foram aprovadas também as leis de educação sexual integral e a de saúde sexual e procriação responsável.

A questão da violência contra as mulheres também se tornou pauta na Argentina nesse período, em especial com a Marcha Ni una Menos [Nenhuma a Menos], convocada por um grupo de mulheres depois do feminicídio da adolescente grávida Chiara Páez, de 14 anos, e de outras quatro mulheres. A marcha reuniu milhares de mulheres em frente ao Congresso da Nação, e aconteceu também no Chile e no Uruguai, em 3 de junho de 2015. Na Argentina o movimento, convocado pelas mídias sociais, recebeu apoio da imprensa, de diferentes personagens públicas e de amplas parcelas da população. A proposta era dar visibilidade à questão da violência contra as mulheres e protestar contra o número alarmante de mulheres mortas, reivindicar instrumentos que garantissem a proteção das vítimas e maior discussão sobre o tema por

meio de estratégias educacionais para todos os níveis de ensino (Ni Una a Menos, [https://www.facebook.com/NUMArgentina/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/NUMArgentina/about/?ref=page_internal)).

Apesar de o governo neoliberal de Mauricio Macri ter assumido o país, em 2016, o debate pelo aborto legal foi assumido nesse período pelo Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados aprovou o projeto, em 2018, mas, dois meses depois, a Câmara de Senadores, de formação mais conservadora, reprovou.

Este processo foi o estopim para uma intensa contraofensiva dos movimentos “pró-vida” na Argentina, com surpreendente força, e desdobramentos para outras áreas da vida pública. Foram deflagradas ações contra o que se denominava “ideologia de gênero”, cujo objetivo, acredita-se, seria doutrinar crianças, adolescentes e jovens, para assimilação do feminismo e da “ditadura gay”, e a educação sexual nas escolas. Grupos cristãos conservadores, católicos e evangélicos, até então posicionados de forma marginal na arena política, por meio de articulações com partidos políticos existentes, ganham visibilidade. Foi lançada a campanha “Com Meus Filhos Não Te Metam”, já existente em outros países latino-americanos. Também foram

social e política com espaço de amplificação nas mídias tradicionais e digitais pela intensa ocupação dos grupos ativistas (Chaher, Florentín, Gabioud, 2020).

No entanto, o fracasso da nova aplicação de políticas neoliberais pelo governo Macri gerou reações intensas na sociedade argentina. Em 2019, ano de eleições para a Presidência da República e de renovação de parte do Congresso, movimentos sociais realizaram amplos protestos para exigir que o presidente declarasse emergência alimentar para combater pobreza. A Igreja Católica reforçou o pedido. O Congresso aprovou, por unanimidade, um projeto de lei alimentar de emergência para permitir maiores recursos aos programas sociais. A pobreza na Argentina aumentou de 32,0% para 35,4% no primeiro semestre de 2019, o nível mais alto desde a densa crise da economia em 2001. Macri não se reelegeu e os partidos e frentes pró-vida não obtiveram sucesso eleitoral (Maximiliano Campana, entrevista). O contexto tornou possível a vitória de Alberto Fernandez, da Frente de Todos, de esquerda, com Cristina Kirchner na chapa como vice-presidente.

organizados vários partidos pró-vida e articulada a Frente NOS, em “defesa da família e contra a ‘ideologia de gênero’”, para as eleições presidenciais de 2019. Redes relacionadas à área educacional e ao poder judiciário foram estabelecidas e se manifestaram publicamente, dando um caráter laico para as ações antigênero.

Esse avanço da agenda conservadora anti-direitos sexuais e reprodutivos se deu na arena





A Presidente do Brasil Dilma Rousseff sofre impeachment e é destituída do cargo no segundo mandato. Seria o 14º ano de um governo progressista no poder maior do Brasil, inaugurado em 2003, com a eleição do líder do Partido dos Trabalhadores (PT), o operário Luiz Inácio Lula da Silva. Foi implantado um programa de governo com ênfase nos direitos humanos, em especial das mulheres, de LGBTQI+, de comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), depois de mais de dez anos de governos de políticas neoliberais com enfraquecimento de direitos sociais.

Os direitos sexuais e reprodutivos, tiveram avanços lentos, diante da força do conservadorismo alimentado pelo Catolicismo e pela força de segmentos evangélicos na política nacional desde 1986, mas, que ao longo dos mandatos de Lula e Dilma, foram se tornando mais significativos, em comparação com décadas anteriores. Conquistas no campo dos direitos de gênero vinham sendo alcançadas por ações judiciais, uma vez que as pressões conservadoras no Legislativo são intensas. Avanços em relação ao processo de inclusão social de minorias sociais e diminuição da pobreza também foram obtidos.

A reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, a despeito da ampla campanha contrária ao PT, e denúncias de corrupção nos governos Lula, da parte de agentes do Poder Judiciário, gerou forte articulação de opositores aglutinados entre partidos conservadores, empresários, ruralistas, personagens do sistema financeiro, com o apoio do vice-presidente Michel Temer seu partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Naquele ano, grupos conservadores católicos e evangélicos, com o apoio de lideranças políticas afins, impediram que o Plano Nacional de Educação, discutido no Congresso Nacional, e os decorrentes Planos Estaduais e Municipais, incluíssem a noção de gênero como tema transversal. A campanha opositora foi embasada no que se denominava “ideologia de gênero”, para imposição do feminismo e da “ditadura gay”. Nesse mesmo período ganha força o movimento “Escola Sem Partido” (criado em 2003), com a finalidade de “livrar estudantes de grupos e correntes políticas e ideológicas que atuam no ensino das escolas (marxistas e de gênero)” (Corrêa, Kalil, 2020).

A Operação Lava Jato do Ministério Público Federal (Procuradoria), instaurada em 2014, que acusou o PT e lideranças do partido de desvio de verbas da companhia estatal de Petróleo Petrobrás, foi liderada por um procurador que se identificava publicamente por sua fé evangélica, tendo visitado igrejas e reunido grupos religiosos para palestras sobre corrupção em atmosfera messiânica. Neste contexto surgiram denúncias de juristas sobre o uso de instrumentos jurídicos da parte deste órgão do Poder Judiciário, como um poder paralelo, para fins de perseguição política, destruição da imagem pública e inabilitação de um adversário político, no caso o PT e suas lideranças, em especial o ex-Presidente Lula, processo denominado *lawfare*.

Um processo de impeachment de Dilma Rousseff foi articulado e pôs fim aos quase 14 anos do social-liberalismo conduzido pelo PT e sua base aliada. Seguiu-se uma trajetória de retrocessos no campo dos direitos humanos, de gênero e trabalhista no Brasil, nos dois anos sub-



sequentes, e preparou o caminho para a eleição da extrema-direita à Presidência da República, na figura do militar Jair Bolsonaro, em 2018.

A campanha eleitoral de Bolsonaro foi marcada pelas ênfases de “salvação da Família Tradicional”, contra a corrupção, e foi alimentada por ampla e articulada ocupação das mídias sociais com divulgação de conteúdo falso por sua rede de apoiadores/as. Jair Bolsonaro construiu a imagem de um governo religioso antigênero e anticomunismo (Corrêa, Kalil, 2020). No contexto da campanha, na qual o PT apresentava a candidatura de Lula para um novo mandato, acelerou-se o processo de investigações da Operação Lava Jato contra o ex-presidente, o que resultou na prisão dele, em abril de 2018.

Ainda que mantendo sua identidade católica, o presidente do Brasil explicita a aliança religiosa com lideranças evangélicas conservadoras dentro e fora da política institucional e conta com seis evangélicos/as entre seus ministros (entre eles o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos). Há uma explícita pauta que atualiza políticas neoliberais, com negação de direitos humanos, em especial os direitos trabalhistas, de mulheres, de LGBTQI+ e de comunidades tradicionais (indígenas e afrodescendentes). A prática de desestabilizar movimentos sociais e de oposição com desinformação é marca do governo.

O fracasso na implantação de políticas públicas do governo Bolsonaro se potencializou com a pandemia de Covid-19 e foi gerado clima social tenso.



marcoavisconti

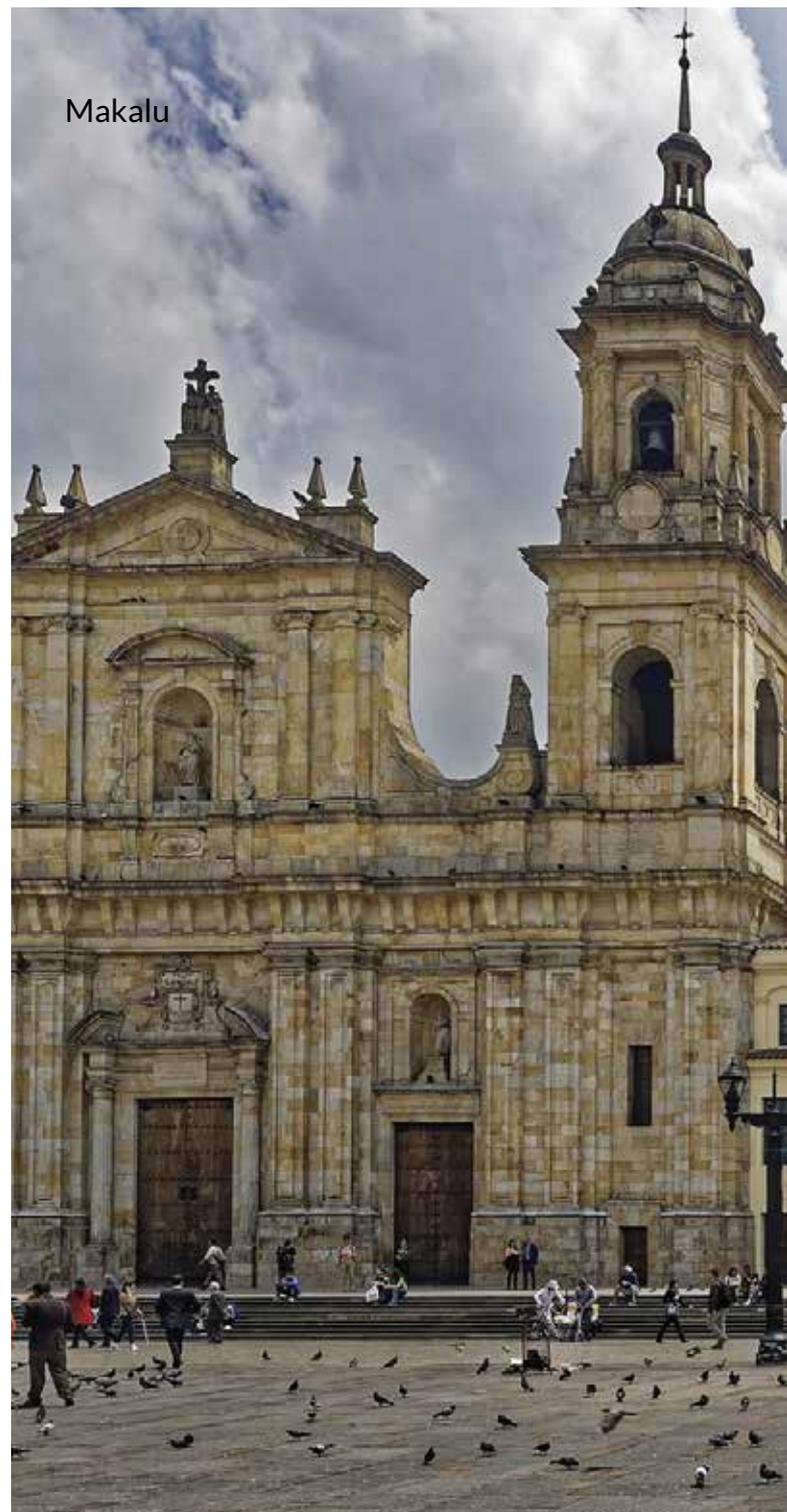
## Colômbia 2016



No ano de 2016, uma proposta legislativa de descriminalização do aborto tramitou na Câmara de Representantes da Colômbia. A descriminalização parcial havia sido aprovada dez anos antes, em 2006. A proposta de ampliação da lei fez emergir no país movimentos e associações “pró-vida”, antigênero e contra a agenda de direitos reprodutivos, baseados no combate ao que se denominava “ideologia de gênero”, com a negação de direitos da população LGBTQI+. Estas pautas foram publicamente protagonizadas por católicos/as e evangélicos/as, mas também surgiram várias produções laicas e acadêmicas na defesa destas temáticas. A presença de ativistas pró-vida e de fiéis católicos/as em cargos importantes do Estado passa a ser observada, como foi o caso da nomeação do Procurador Geral da Nação, o católico conservador Alejandro Ordoñez.

Foi nos dois mandatos do Presidente Álvaro Uribe (2002-2009) que ocorreram os maiores avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Foi criada uma política nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva, em 2003, foram estabelecidos diversos convênios internacionais no campo dos direitos de gênero, com vários tendo sido incorporados à Constituição, culminando com a descriminalização parcial do aborto. Em 2007, foram reconhecidas, juridicamente, as uniões homoparentais (Hernandes, 2020).

O governo de Álvaro Uribe foi marcado pelo enfrentamento de linha-dura da violência vivida no país por mais de quatro décadas pela ação de guerrilhas e do narcotráfico. Uribe instou um messianismo político, de combate a um inimigo público – a guerrilha –, e apregoou que sem ele o país iria à deriva. O sucesso desta política até



o levou a tentar permanecer mais tempo no poder mas não obteve sucesso (Carlos Angarita, entrevista).

O auge das disputas em torno dos direitos de gênero na Colômbia se deu em 2016. Nesse ano foi aprovado o matrimônio igualitário (união homossexual), depois de vários anos em um “limbo jurídico” (Hernandes, 2020). A adoção de crianças por casais do mesmo sexo havia sido aprovada em 2015, com forte reação de grupos conservadores.

Em agosto de 2016, ocorreram marchas massivas de grupos antigênero em distintas cidades, motivadas contra a produção de cartilhas de educação sexual no ensino básico e médio, e em oposição à ministra da Educação, que acabou renunciando ao cargo. As marchas, promovidas por católicos/as e evangélicos/as, foram alimentadas por vários conteúdos falsos, que circularam pelas mídias sociais no período, contra o “material pornográfico gay”.

Um mês depois, o governo colombiano firmou um acordo de paz com as FARC-EP, o mais antigo grupo armado de esquerda da América Latina (desde 1964), depois de quatro anos de negociações, em caminho inverso às ações de linha-dura do governo Uribe. A ideia de fazer um plebiscito para respaldar os acordos de paz, levou a um resultado negativo, ao “Não”, e foi um duro golpe ao processo de paz na Colômbia. O “Não” ao acordo de paz foi intensamente reforçado pelo fato de a perspectiva de gênero e da diversidade sexual ter sido parte estrutural do acordo de paz. O caso das cartilhas reforçou o rechaço ao acordo de paz, classificado por alguns movimentos como “colonização homossexual”. Lideranças evangélicas foram destaque na campanha pelo “Não”, mas setores católicos também jogaram importante peso no processo. (Hernandes, 2020).

A cristianização da pauta política torna-se um destaque na Colômbia, em especial da parte de evangélicos/as pentecostais, com avanço na ocupação de partidos e algumas vitórias eleitorais para o Senado e a Câmara de Representantes, em 2018, formando uma bancada religiosa no Parlamento.

Depois das eleições presidenciais de 2018, que deram a vitória ao candidato de direita Ivan Duque Marques, as ofensivas antigênero entraram em baixa, uma vez que seus defensores foram bem sucedidos nas eleições. Entram na agenda política discussões sobre liberdade religiosa, com vistas à ampliação da participação política confessional, e uma possível interferência em pautas de direitos. Em 2017, foi instaurada uma Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. Ivan Duque nomeou, em 2018, o ex-Procurador General da Nação Alejandro Ordoñez, como embaixador da Colômbia na Organização dos Estados Americanos (OEA), onde grupos que se opõem a direitos de gênero vêm atuando fortemente.

O primeiro ano da presidência de Ivan Duque Marques, 2019, foi alvo de muitas críticas. Foram realizadas diversas marchas de protesto por corrupção no governo e omissão diante do alto índice de assassinatos de ativistas sociais. O fracasso da implantação do processo de paz e as consequências do novo projeto econômico neoliberal na Colômbia fizeram crescer a indignação popular. A greve geral aconteceu em quatro momentos, entre novembro de 2019 a janeiro de 2020, com diversas manifestações públicas pacíficas. A repressão policial gerou, segundo mídias noticiosas do país, três mortes, centenas de feridos e presos (Univision y Agencias, 2019). O presidente Duque estabeleceu, em dezembro de 2019, uma mesa de negociações com o Comitê Nacional de Greve, que denominou “Grande Conversação Nacional”, até março de 2020, mas adiantou o compromisso de realizar um projeto de reforma tributária, de aumento do salário mínimo e de modificação nas políticas de crédito educativo. A Covid-19 alterou todo este quadro (Sônia Larotta, entrevista).





É realizada, no Peru, a primeira marcha massiva e significativa de mulheres intitulada Ni una Menos [Nenhuma a menos], seguindo a trilha das marchas iniciadas em 2015 na Argentina, no Chile e no Uruguai, tornando público o mal estar profundo e generalizado da população ante a uma situação recorrente: a violência contra as mulheres e os feminicídios no país. Promovida por organizações feministas, a adesão à marcha foi espontânea e surpreendente, com a participação majoritária de mulheres e alcance nacional, tendo sido realizada, simultaneamente, na maioria das regiões do país. Este movimento aconteceu, no rastro das séries de manifestações e conquistas de movimentos feministas e LGBTQI+, por justiça de gênero, espalhados pelo continente latino-americano.

Depois dos anos 1990, sob a ditadura com políticas neoliberais de Alberto Fujimori, de ações armadas terroristas e intensa violência contra mulheres (esterilização forçada entre outras práticas) (Comision de la Verdad y Reconciliación de Peru, <http://www.cverdad.org.pe/lacomision/nlabor/index.php>), o país viveu, nos anos 2000, sob as presidências de Alejandro Toledo e Alan Garcia, crescimento econômico com o aprofundamento do neoliberalismo. Da reação da população mais empobrecida foi eleito o presidente Ollanta Humala (2011-2016).

Humala decepcionou seus apoiadores/as e suas apoiadoras, sendo considerado traidor por movimentos sociais e de parcela da esquerda política que lhe deram apoio eleitoral (Minowa, 2016). Seu sucessor, o ex-banqueiro de Wall Street Pedro Pablo Kuczynski (PPK), foi eleito em 2016, para um governo de centro-direita, com o apoio das elites e dos empresários.

Mesmo dentro do quadro conservador que predominava no país, com direitos de gênero conquistados a passos intensamente lentos, o Congresso da República aprovou em, 2013, uma lei que proíbe todas as formas de discriminação baseada em orientação sexual e de identidade de gênero. Nesse mesmo ano, o Congresso debateu um projeto para aprovação da união civil homossexual. A Igreja Católica Romana e a bancada de parlamentares religiosos, formada primordialmente por evangélicos/as, se opuseram fortemente, e o projeto nunca avançou para aprovação. Em 2014, foi normatizado o único tipo de aborto legal no país, o terapêutico, que havia sido legalizado 90 anos antes, em 1924, que deveria garantir os mais altos padrões de saúde para mulheres e meninas, de acordo com as obrigações internacionais que o Peru assumiu. No entanto, ainda existem barreiras à sua implementação.

Em 2016, o Ministério da Educação do presidente PPK, implementou uma reforma do Currículo Nacional desde a educação básica, e introduziu noções de igualdade e de identidade de gênero. Também se buscava reforçar a educação sexual diante dos casos de gravidez adolescente, que leva meninas ao abandono dos estudos. A inserção destas noções na política educacional peruana, seguia o ciclo de abertura às questões de gênero, com as votações no Congresso e a intensificação dos movimentos sociais por justiça de gênero, evidenciada pela marcha “Ni una a Menos” daquele ano.

Mobilizações de oposição começaram a tomar corpo em novembro de 2016, lideradas por grupos conservadores e organizações religiosas (Pina, 2017). Deste movimento nasce a campa-



Jerzy Andrzej Kucia

na “Com mis Hijos no te Metas” [Com meus filhos não te metas] (CMHNTM), lançada em dezembro de 2016 em mídias sociais, com claro posicionamento contra a “ideologia de gênero” no currículo da Educação Básica “que estimularia crianças a mudarem de sexo”. A campanha, fortemente marcada por conteúdos falsos alarmistas em mídias sociais, provocou um debate nacional sobre gênero e educação e teve forte adesão de grupos conservadores, especialmente entre católicos/as, evangélicos/as e evangélicas, mas também políticos poderosos, e ganhou as ruas com grandes manifestações. Uma ação legal contra o novo currículo foi levada à justiça. No final de 2016, o ministro da educação foi destituído.

Por causa da pressão das mobilizações de rua, o Supremo Tribunal de Justiça do Peru anulou, em 2017, o enfoque à igualdade de gênero no currículo escolar. Os materiais também haviam sido alvo de uma ação popular encabeçada pelo Coletivo Padres en Acción [Pais em Ação]. A ministra da Educação Marilú Martens, com menos de um ano no cargo, foi destituída. Como consequência, movimentos eclesiais levaram à justiça uma demanda contra a educação sexual nas escolas, para que esta aconteça em casa. Porém, em abril de 2019, o Supremo Tribunal de Justiça rejeitou a demanda do Coletivo Padres en Acción, revogando decisões judiciais anteriores que favoreceram suas reivindicações.

Todo este processo levou à intensificação de forças conservadoras na política peruana

pelo viés da moral (José Luis Péres Guadalupe, entrevista). Setores conservadores católicos e evangélicos se unem a parlamentares “pró-vida” e antigênero com discurso pró-família, anti-ideologia de gênero. A campanha CMHNTM passou a avançar em oposição contra outros temas e grupos defensores das causas de gênero.

Em 2018, denúncias de corrupção levaram o presidente PPK à renúncia, no mês de março daquele ano, sendo substituído pelo vice-presidente Martin Vizcarra, que viveu crise com o congresso, que lhe fez oposição, em 2019. Os inúmeros escândalos de corrupção e os altos níveis de incerteza diante do estancamento econômico torna fácil entender por que o Peru é o país latino-americano que mais desconfia de seu Congresso e o terceiro com mais desconfiança em relação ao sistema partidário e ao Judiciário (Coronel, 2019).

Novas eleições para o Congresso, convocadas pelo Presidente, foram realizadas em janeiro de 2020. Vários partidos apresentaram a agenda moral na campanha, mas perderam em votos e não colocaram representantes no congresso. A agenda moral não se fortaleceu como agenda política. No popular, sim, há acolhida, mas no campo político mais amplo não (Rocio Palomino Bonilla, grupo focal; José Luis Péres Guadalupe, entrevista). A agenda forte passa a ser o direito aos territórios da parte de comunidades indígenas e afrodescendentes (Rolando Pérez, entrevista).

# Elementos em comum

Há elementos em comum que se destacam na observação preliminar destes casos:

1) - Uma intensa expressão reacionária a avanços sociais que responderam aos Direitos Humanos e à busca da igualdade social (de classe, na distribuição de renda, de raça e etnia, de gênero).

2) - Gênero como elemento destacado na reação: na Argentina, a legislação sobre interrupção voluntária da gravidez; na Colômbia, a questão de ideologia de gênero no acordo de Paz e o caso das cartilhas em perspectiva de gênero; no Brasil, a oposição à noção de gênero como termo transversal nos planos de educação pública e enfraquecimentos das políticas públicas para mulheres e LGBTQI+; no Peru, o tema de gênero nos currículos e da educação sexual nas escolas. Pautas pró-vida e antigênero para “salvação da família tradicional” permeiam toda a reação;

3) - Uma nítida matriz religiosa está presente na reação, apoiada por setores conservadores não religiosos: o religioso utilizado para legitimar o projeto político e econômico capitalista (base religiosa católica e evangélica, em uma “unidade corporativa” ou “oportunista”) com retórica do pânico moral baseada no medo e farto uso de desinformação, em especial *fake news*, com linguagem que gera identificação popular às pautas reacionárias;

4) - Pautas pró-família e antigênero desenvolvidas por meio de duas frentes: Educação e Direito (Poder Judiciário) – duas vias políticas para ocupar as sociedades;

5) - O modelo neoliberal como alicerce da política econômica, ancorado na noção de Estado mínimo para facilitar qualquer iniciativa para o que o mercado protagonize o que deveriam ser políticas públicas;

6) - Crise do modelo neoliberal, em processo há alguns anos, potencializada com a pandemia de coronavírus de 2020.

## ELEMENTOS EM COMUM

Intensa  
expansão  
reacionária

01

02

Gênero como  
elemento

Matriz  
religiosa

03

04

Pautas  
pró-família

Modelo  
neoliberal

05

06

Crise do  
modelo  
neoliberal

# A pesquisa do FESUR

Com base na observação desta realidade, o FESUR preocupa-se em refletir como o avanço dos fundamentalismos se manifesta na América do Sul, a fim de avaliar suas práticas e torná-las mais eficazes na resposta a esse fenômeno social. Por esse motivo, com a pesquisa, buscou-se realizar uma descrição sistemática do padrão desenvolvido por diferentes fundamentalismos em quatro países da América do Sul (Argentina, Brasil, Colômbia e Peru), a fim de compreender, por meio da descrição de casos específicos, as tendências neste fenômeno na região. Ao mesmo tempo, procurou-se identificar estratégias para responder de forma ativa ao fenômeno dos fundamentalismos na região, que podem ser compartilhadas entre OBFs e igrejas ligadas à ACT Aliança. A partir destes objetivos, a pesquisa baseou-se na hipótese de que

Existe um padrão de ação sistemático desenvolvido por diferentes fundamentalismos, resultado de uma estratégia que ameaça e busca controlar as democracias dos países sul-americanos. Esse padrão de ação afeta diretamente o exercício dos defensores dos direitos, desafia as respostas desenvolvidas pelos OBFs e igrejas vinculadas à ACT Aliança e reduz o ambiente ou o espaço propício para a sociedade civil na região.

Nesse sentido foi construída a seguinte trajetória metodológica:

1. **Leitura e sistematização de bibliografia recente e qualificada** com respeito à conceituação da noção de fundamentalismo, suas expressões na América Latina e o contexto sociopolítico em que o possível padrão de ação sistemático se realiza (o levantamento bibliográfico encontra-se ao final deste texto).
2. **Entrevistas em profundidade** (semiestruturadas), com especialistas nomeados/as pelas organizações do FERSUR nos países priorizados (acadêmicos/as que realizam estudos relacionados ao tema dos fundamentalismos nas formas política, econômica, de oposição à justiça de gênero, ambientais e religiosas) realizadas individualmente, por meio de plataforma eletrônica, para coletar contribuições conceituais e analíticas. Cada especialista foi questionado/a em uma área específica relacionada a seus estudos e pesquisas sobre fundamentalismos: política, economia, gênero, meio ambiente, religião.

A lista de entrevistados/as de cada país com seus perfis encontra-se ao final deste texto. Foram entrevistados/as 21 especialistas: quatro da Argentina; seis do Brasil; seis da Colômbia; cinco do Peru.

3. **Grupos focais e entrevistas grupais** com líderes e ativistas (relacionados às organizações da ACT Aliança nos países priorizados e aos contatos e articulações das organizações da FESUR) para coletar contribuições sobre as experiências, ou seja, as tendências dos fundamentalismos na região, seus discursos e práticas e identificar práticas sistemáticas que respondam pelos processos e estratégias de contraposição aos fundamentalismos. A reunião de duas horas de trabalho foi realizada em plataforma eletrônica virtual, com a participação de seis a oito pessoas (média mínima para a realização de um grupo focal), líderes da OBF e igrejas ligadas à ACT Aliança e também de pessoas interessadas/envolvidas no assunto, convidadas por organizações do FESUR nos países priorizados, a partir de seus próprios contatos e articulações.

A lista de sete grupos focais de cada país e duas entrevistas grupais, com os perfis dos/as participantes encontra-se ao final deste texto. Participaram 47 ativistas nos nove grupos.

4. **Seminários de Pesquisa** com o Grupo de Pesquisa Comunicação e Religião da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), à qual está integrado o Grupo de Estudos Mídia, Religião e Cultura (MIRE), sob a coordenação da pesquisadora responsável por este texto. Foram realizados três seminários virtuais de pesquisa – um após o processo de

leituras da bibliografia de referência (com 54 participantes), outro após a realização das entrevistas e grupos focais (com oito participantes) e um terceiro na fase final de redação do texto para este e-book. Foram espaço de interlocução da pesquisadora responsável com especialistas nos estudos da religião e da cultura e ofereceram aportes para encaminhamentos da redação deste texto.

5. **Seminário Internacional Fundamentalismos, Democracia e Direitos Humanos** realizado pelo FESUR, em seu processo de configuração, de 19 a 21 de agosto de 2020. Com participação de 60 convidados/as de organizações vinculadas e relacionadas à ACT América Latina e Caribe e dos Estados Unidos, da Alemanha e da Suécia, para apresentação do relatório da pesquisa e indicações para com vistas a este texto, em especial, no que diz respeito ao aprofundamento das “Possíveis estratégias de resposta”.

A aplicação desta metodologia levou aos resultados apresentados nas três partes que compõem esta publicação. Elas seguem os temas que compõem os objetivos e a hipótese do plano de trabalho da pesquisa:

1. Os fundamentalismos como fenômeno religioso-político na América do Sul
2. Tendências fundamentalistas na região



# 1 - Os fundamentalismos como fenômeno religioso-político na América Latina

## 1.1 Um terreno fértil para a emergência de fundamentalismos

Os casos descritos na introdução deste texto indicam que a América do Sul está diante de um fenômeno religioso-político, que Jürgen Habermas já observava no início dos anos 2000, nos Estados Unidos, e denomina “revitalização política da religião”. Representa a derrocada da ideia iluminista, moderna, de que a secularização privatizaria a religião, eliminando-a, decisivamente, da esfera pública (Habermas, 2007). Habermas denomina esta revitalização política da religião como “pós-secularização” (Habermas, Ratzinger, 2007), fenômeno no qual as sociedades são caracterizadas pela constante presença da religião na esfera pública, apesar do processo de modernização social e cultural que experimentaram. Este fenômeno é decorrente de um discurso sobre o sagrado que conserva o aspecto motivacional dos seus conteúdos religiosos e contribui para a manutenção da integração social, alcançada não apenas através da dimensão normativa do Estado constitucional democrático de direito liberal.

Joanildo Burity (2016) trata esta dimensão a partir da noção de “religião pública”. Ela não significa apenas que a religião, na contemporaneidade, “ocupe o espaço público”, projetando-se para além da fronteira do privado, por meio da vivência pessoal e coletiva, das práticas religiosas informais e institucionalizadas. O processo está para além disso: a religião se torna uma ação coletiva, no espaço público, como cultura e como discurso sobre valores. Daí ter se tornado uma religião pública.

Apesar de a presença católica na política ser marca histórica da América Latina, foi a entrada do protestantismo pentecostal e neopentecos-

tal, os, popularmente denominados, “**evangélicos/as**”, na política institucional eleitoral de vários países, mais intensamente a partir dos anos 1980, o que chamou a atenção para este fenômeno, com destaque para os grupos **pentecostais**. Esta presença na arena política tem-se dado, mais recentemente, também na política não-institucional (ativismo por pautas públicas) e tem aberto caminho para uma participação também significativa de lideranças do protestantismo histórico.

A referência a “evangélicos/as” na América Latina, em geral, correntemente, engloba todos os cristãos/ãs não-católicos e ortodoxos num só grupo, quando se leva em conta a presença destes grupos religiosos na esfera pública, marcadamente no que diz respeito ao crescimento numérico, à presença na política, a movimentos culturais. No entanto, a complexidade dos estudos referentes aos/às evangélicos/as na América Latina, pela multiplicidade de denominações que compõem este campo religioso na atualidade, tem levado estudiosos à tentativa de elaboração de tipologias, elas próprias múltiplas e, sem dúvida, insatisfatórias. As mais comuns identificam os/as evangélicos/as por confessionalidade, tomando em conta a miríade de igrejas, por sua vez agrupadas, de forma sintética, como históricas (protestantes que se estabeleceram no Continente no século 19) e pentecostais (estabelecidos no Continente a partir do início do século 20). No grupo de pentecostais encontram-se os denominados “neopentecostais”, grupos relacionados a novos movimentos religiosos do final do século 20, identificados pela pregação da busca de prosperidade material, pela cura divina e por práticas de exorcismo (Ver Guadalupe, Grundberger, 2019). Vale destacar um estudo do sociólogo brasileiro Alexandre Brasil Fonseca que propõe uma nova tipologia com base nos discursos (formação teológica e ideológica) que geram afinidades que ultrapassam as fronteiras confessionais. Nesta classificação os/as evangélicos/as do Brasil poderiam ser identificados como: Pentecostais, Independentes, Indefinidos/as, Reformados/as, Ecumênicos/as, da Missão Integral, da Prosperidade (FONSECA, 2019).

A presença de evangélicos/as no espaço público na América Latina remonta a outras déca-

das e à **perspectiva ecumênica, progressista**, que teve por referências o Evangelho Social, o Cristianismo Prático e as sementes teológicas que deram origem à Teologia da Libertação. É marcante o movimento Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), que combinava a “teologia bíblica da redenção numa ótica histórica com um chamado à militância ativa nos movimentos sociais e políticos de libertação” (Miguez Bonino, 2003 p. 25-26).

Estas bases alimentaram diversas igrejas evangélicas e grupos ecumênicos, em seus muitos projetos de intervenção social, incluindo o diálogo com católicos-romanos. Porém, foram reprimidas pelos movimentos políticos conservadores dentro e fora das igrejas, alguns que tomaram a forma de ditaduras militares em vários países do Continente. Muitos/as líderes evangélicos/as e católicos/as ecumênicos/as foram presos/as, torturados/as, desaparecidos/as, mortos/as, em consequência desta militância cristã ativa.

Apesar da grande repressão das ditaduras militares na região e a extinção de vários destes grupos ecumênicos, algumas organizações conseguiram sobreviver e formaram importante articulação, nos 1980, para uma retomada desta perspectiva, com a criação do Conselho Latino-Americano de Igrejas, de conselhos nacionais de igrejas e de inúmeras organizações ecumênicas de serviço. Para a Igreja Católica este foi o tempo de consolidação da Teologia da Libertação e do florescimento das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais sociais, fruto das Conferências Episcopais, pós-Vaticano II, de Medellín (1968) e Puebla (1979), com intensa promoção da relação entre fé e política, com amplo diálogo ecumênico.

Os anos 1980 foram também o momento da explosão do **neopentecostalismo** no continente e seu extenso número de denominações. Neste quadro, os/as evangélicos/as latino-americanos deixam a condição de minoria invisível para uma visibilidade publicizada, por meio de estreita relação com as mídias e de participação política.

Esta mais intensa interação dos grupos evangélicos no espaço público ocorre no perío-

do de introdução das políticas neoliberais no Continente, com teologias que as corroboram. O sucesso das **teologias da “Prosperidade”** e da **“Guerra Espiritual”** pode ser explicado pela integração delas com a conjuntura da sociedade neoliberal.

**São base das políticas neoliberais: abertura total para o mercado mundial, sem restrições (importações e exportações) e estímulo ao consumo; investimentos em aparatos tecnológicos, especialmente no campo da informatização; eliminação da presença do Estado na economia, reduzindo, ao máximo, o número de empresas estatais, favorecendo a iniciativa privada em todos os segmentos sociais. (Ver Villagra, 2015).**

Na lógica de exclusão, que passa a caracterizar a sociedade, prega-se que os que almejam ser incluídos poderiam aderir às promessas de prosperidade material (“Vida na Bênção”), sendo fiéis a Deus material e espiritualmente. Neste caso, os/as vencedores/as da grande competição social por um espaço no sistema seriam os/as “escolhidos/as de Deus” e a acumulação de bens materiais, interpretados como as bênçãos para os “filhos/as do Rei” (ou “Príncipes”). Na mesma direção, prega-se que é necessário “destruir o mal” que impede que a sociedade alcance as bênçãos da prosperidade, por isso, os “filhos do Rei” devem invocar todo o poder que lhes é de direito para estabelecer uma guerra contra as “potestades do mal” representadas, no imaginário evangélico, principalmente pela Igreja Católica Romana, pelas religiões de povos originários e de tradição africana, pelos movimentos feministas e LGBTQI+ (Guadalupe, Grundberger, 2019).

Uma terceira forma teológica se relaciona a estas duas, a **Teologia do Domínio**. Também classificada como **“Reconstrucionismo”**, uma lógica construída por fundamentalistas dos Estados Unidos nos anos 1970, é a busca da reconstrução da teocracia na sociedade contemporânea, no cumprimento da predestinação dos cristãos/ãs ocuparem postos de comando no mundo (presidências, ministérios, parlamentos, lideranças de estados, províncias, municípios, supremas cortes) – o domínio religioso cristão – para incidirem na vida pública. Os/As reconstrucionistas assimilam a teologia da prosperidade e da guerra espiritual em suas bases, no apoio ao sistema econômico e político neoliberal, com o oferecimento de fundamento religioso e uma cosmovisão cristã, a fim de sustentar a conquista de poder por parte de líderes religiosos/as evangélicos/as (Guadalupe, Grundberger, 2019).

A influência desta força pentecostal no campo religioso sul-americano, se concretizou de maneira especial no reforço aos grupos chamados **“avivalistas”** ou **“de renovação carismática”** nas igrejas históricas. Estes têm similaridade de propostas e posturas com o pentecostalismo e passaram a conquistar espaços importantes na prática religiosa das igrejas protestantes históricas, para que elas recuperassem ou alcançassem algum crescimento numérico, assimilando as três teologias predominantes descritas



acima. Para algumas igrejas ecumênicas, de doutrina progressista, este ajuste significou um retrocesso no que representava sua presença no espaço público (Cunha, 2012).

Neste contexto a hegemonia católica no continente também passou por transformações. Apesar de predominar em termos numéricos, em distribuição geográfica e em autoridade frente à realidade sociopolítica e cultural da América Latina, o catolicismo foi enfraquecido. Com o crescimento e a ocupação do espaço público de evangélicos/as, a Igreja Católica Romana vive uma queda do número de fiéis e uma perda de espaço de influência sociopolítica (Guadalupe, Grundberger, 2019).

Ao mesmo tempo, o final dos anos 80, os anos 90 e os 2000 foram um período de imposição de um conservadorismo pelo Papa João Paulo II, em sua ofensiva contra a Teologia da Libertação, acusada de ser um desvio marxista. O sucessor de João Paulo II, Bento XVI, o cardeal alemão Joseph Ratzinger, seu braço direito na imposição da onda conservadora na Igreja Católica, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, responsável por vários processos de censura a teólogos da libertação, ficou apenas oito anos no Papado (2005-2013). No entanto, este período foi suficiente para consolidar a ofensiva contra a Teologia da Libertação latino-americana (Bento XVI..., 2013). Os focos de oposição ao pontificado conciliador do Papa Francisco (2013 até o presente) em todos os continentes, particularmente na América Latina, devem-se fortemente a este legado conservador de pontificados passados.

Ao se tratar do terreno fértil para as expressões fundamentalistas na América do Sul, é importante, ainda, recuar na história e recuperar dois eventos que marcam profundamente a realidade sociopolítica e cultural dos países: o colonialismo de Espanha e Portugal, do século 16, e as ditaduras militares (Comissão Nacional da Verdade, Brasil <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>). Neste sentido importa demarcar que “democracia” não é regra na América do Sul, mostra-se sempre como intervalos de predomínios de governos autoritários. Isto decorre da estrutura de sociedade estabelecida na América Latina, assentada em três forças impostas pelo colonialismo: patriarcalismo, latifúndio e escravização, concretizadas na autoridade do homem branco, na grande propriedade e no racismo. O antropólogo brasileiro Gilberto Freyre (2003) explica que a formação patriarcal do Brasil (e, por extensão, da América do Sul por conta do mesmo tipo de colonização, a ibérica) explica-se mais por seu alicerce econômico, de experiência de cultura e de organização da família, que foi a unidade colonizadora. Os senhores rurais eram, segundo Freyre, donos das terras, donos dos homens, donos das mulheres. Com isso, se assentou uma cultura baseada na solidez patriarcal: a estabilidade dos homens brancos apoiada nas plantações dos latifúndios e nos negros.

Estas forças emolduram as diferentes formações sociais sul-americanas estabelecendo concretude social, ideologias e comportamentos (Isabel Del Pilar López Meza, grupo focal; Lyndon dos Santos, entrevista). São as bases dos regimes autoritários ancorados no machismo, no racismo e no militarismo que paira como uma sombra na política de vários países. Elas marcam a realidade do Continente, em diversos momentos históricos, e as tensões que permeiam a construção democrática contemporânea, como nos casos descritos neste texto, o que evidencia como os direitos humanos não são experimentados de forma plena pelas populações.

Destacar esta estrutura colonial autoritária também é importante para se compreender os poderes paralelos e a violência armada que marcam a vida do Continente. Neste ponto, a natureza criminosa existente nas forças de segurança dos Estados, conflitos interétnicos e a “limpeza social” de populações marginais se cruzam. Entre 1960 e 1980, o terrorismo de Estado das ditaduras e o terrorismo de oposição foram a principal característica da violência organizada. Com as transições democráticas a partir dos anos 1980, a expectativa era que os governos eleitos restaurassem o estado de direito. No entanto, tantas décadas depois, a violência que surge de uma variedade de «atores armados» (milícias irregulares, máfias de narcotráfico, crime organizado nas cidades e no campo e forças paramilitares) continua a interferir na vida social e política de grande parte da região. Estudos apontam fatores agravantes deste quadro como: a impunidade concedida aos responsáveis por graves violações dos direitos humanos; o grande número de pessoas acostumadas à violência

durante longos períodos de conflito interno; a fácil disponibilidade de armas; sistemas judiciais saturados e manipulados politicamente; e a superlotação nas prisões (Manrique, 2006). Ademais, toda esta conjuntura em que o Estado não garante direitos, especialmente às populações empobrecidas das cidades e do campo e às populações tradicionais de indígenas e afrodescendentes, facilita as práticas de populismo, clientelismo e corrupção por todo o Continente.

Nesse ponto, a pesquisa FESUR acompanha a reflexão do projeto *Género y Política en América Latina*, do Observatorio de Sexualidad y Política, do Fórum Global Sexuality Policy Watch (SPW) (2020). Nos estudos de caso que realizou na América Latina, SPW recupera o termo cunhado pela filósofa e teórica política estadunidense Wendy Brown, “desdemocratização”, para compreender este contexto no qual se dão os retrocessos na realização dos direitos humanos (Brown, 2006; Brown, 2019). Em seus estudos, Brown identifica um processo de desdemocratização nos Estados Unidos, uma erosão gradual do tecido democrático, deflagrada com a “guerra ao terror” após o 11 de setembro de 2001 e a crescente interferência do conservadorismo religioso nas políticas públicas. A pesquisadora atribui à desdemocratização um efeito que combina neoliberalismo com repolitização do campo religioso (a revitalização política da religião, referida por Jürgen Habermas citada acima neste texto).

No que diz respeito ao neoliberalismo, Wendy Brown identifica um primeiro efeito da “onipresente” economia neoliberal do século 21: reduzir a política democrática a leis e a instituições e diminuir o marco dos direitos sociais aos direitos de propriedade e de voto. A pesquisadora avalia que isto despolitiza a esfera pública e a vida social, corroendo a autonomia política e desqualificando a presença e a participação de pessoas na vida política. Com isso, a racionalidade neoliberal enfatiza o individualismo e transforma cidadãos/ãs em consumidores/as e “empreendedores/as” de sua sobrevivência econômica. Tudo isto torna a dimensão política da vida em comum em uma dimensão secundária, e produzem indiferença. Ao reduzir o Estado a um gestor público, este sistema facilita e legitima formas de exercícios de poder político

que são antidemocráticas e ganham ares neofascistas, alimentados por racismo, xenofobismo e machismo. Os casos de Argentina, Brasil, Colômbia e Peru descritos neste texto ilustram nitidamente esta realidade.

Quanto à repolitização conservadora do campo religioso, Wendy Brown a vê como um elemento que complementa este processo, uma vez que o conservadorismo religioso atua no disciplinamento das subjetividades, tornando-as politicamente submissas à hierarquia e à autoridade, cidadãos/ãs obedientes, “patriotas”, o que facilita a imposição de lógicas autoritárias de exercício do poder. A pesquisadora também observa que o Estado neoliberal assume a lógica de uma governança pastoral, isto é, modela a autoridade do Estado na autoridade da Igreja, estabelecendo uma relação pastoral do Estado com “seu rebanho” e uma preocupação com o poder estatal unificado em vez de equilibrado ou controlado. A combinação de neoliberalismo com repolitização do campo religioso pode ser identificada nos países priorizados na pesquisa, o que embasa a emergência dos fundamentalismos religiosos-políticos na região.

## 1.2 A busca de uma definição

O termo “fundamentalismo” não é novo e é carregado de ressignificações de acordo com contextos históricos distintos. Nasce entre cristãos/ãs protestantes nos Estados Unidos mas popularizou-se durante a revolução (islâmica) iraniana no final anos 70, a qual foi classificada por analistas e mídias noticiosas como “fundamentalista”, na forma de “religião tradicional militante” (Marsden, 1991). Anos depois, no alvorecer do século 21, é retomado o sentido popularizado, quando passou a ser usado intensamente pelas mídias noticiosas, em todo o mundo, após os eventos de setembro de 2001, nos Estados Unidos, como classificação das ações violentas extremistas assumidas por grupos radicais islâmicos. Com isso foi estabelecida uma imagem negativa do Islamismo, como, praticamente, sinônimo de fundamentalismo. A popularização do termo, tornou-o equivalente a radicalismo, extremismo.

Com a ascensão dos grupos pentecostais conservadores e sua presença na política, a partir dos anos 1980, na América Latina, o termo

“fundamentalismo” é retomado com força por grupos progressistas religiosos e acadêmicos que estudam religião, por parte da esquerda política e por analistas de mídias noticiosas. Recorre-se ao termo para classificar posturas de autoritarismo, de intolerância, de intransigência, de fanatismo, de recusa ao diálogo, de negação da pluralidade, de reconstrução da ordem moral e de idealização do que existiu no passado, expressas por algumas lideranças do segmento pentecostal no espaço público.

Neste ponto, importa definir a noção, pois, como alertou um dos participantes dos grupos focais realizados na pesquisa, “fundamentalismo pode acabar sendo tudo e nada também” (Dennis Smith, grupo focal). É relevante, ainda, conceber “fundamentalismo” no plural, “pois dá conta dos múltiplos lugares de enunciação do fenômeno que se manifesta em países sul-americanos, sem perder de vista a matriz religiosa que o alimenta” (Joanildo Burity, entrevista). Nesse sentido, a pesquisa busca escapar dos usos correntes das mídias e do senso comum com sua conotação acusatória a um opositor, e afirma a perspectiva plural do conceito de “fundamentalismo”, construída a partir das transformações que a noção experimentou nos vários contextos socio-históricos em que esteve inserida, que são aqui apresentados.

Ao empreender uma ampla investigação para elaborar sua compreensão de cultura, um dos criadores dos Estudos Culturais, Raymond Williams, recorreu à história para assimilar o processo de construção do termo e suas transformações. Ele elencou os diferentes usos do termo “cultura” nas mais variadas disciplinas e sistemas de pensamento. O resultado dessa investigação encontra-se disseminado em expressiva parcela de sua obra e tornou-se referência para estudiosos da cultura de diferentes campos de investigação.

Os estudos de Williams sobre o termo “cultura” reafirmam a compreensão de que os conceitos são construídos de acordo com o contexto sócio-histórico (Williams, 1979). O autor indica os conceitos de sociedade, economia, cultura, como formulações históricas relativamente recentes.

“Sociedade” era compreendida como companheirismo, associação, “realização comum”, antes de se tornar a descrição de um sistema ou ordem geral. “Economia”, do grego *oikonomia*, significava a forma de administração da casa, depois passou a ter o sentido da administração de uma comunidade, antes de se tornar a descrição de um determinado sistema de produção, distribuição e troca. “Cultura”, antes mesmo dessas transições referidas, nasceu do verbo latino *colere*, relacionado ao crescimento e cuidado de colheitas e animais e, por extensão, ao crescimento e o cuidado das faculdades humanas até ser compreendido como o modo de vida de um grupo social.

As transformações no termo “cultura” devem-se à articulação com a Filosofia e com a História. Manifestam-se com força com o Iluminismo, assumem outra dimensão com o Romantismo e ganham novos contornos com o Marxismo. Despontam em novas perspectivas com as ciências sociais.

Aqui, a pesquisa FESUR toma este princípio defendido por Raymond Williams e o aplica ao estudo sobre fundamentalismos, afirmando a perspectiva plural construída a partir das transformações que a noção experimentou nos vários contextos socio-históricos em que esteve inserida.

### 1.2.1 As muitas transformações de um conceito

#### Origem protestante

**Início do século 20:** O fundamentalismo surge entre teólogos conservadores calvinistas, no Seminário Teológico de Princeton, no final do século 19, e ampliou-se, nos primórdios do século 20, entre outros grupos protestantes dos Estados Unidos. Nasce do evangelicalismo, fruto dos movimentos avivalistas do século 18 e 19, classificado como o molde das características da religião naquele país (Marsden, 1991). Tempo de fortes mudanças socioculturais e econômicas, com o avanço da ciência, processos de modernização, urbanização e industrialização, o evangelicalismo se divide em duas alas: a liberal, que assume o humanismo que embasa as mudanças, e estabelece o diálogo

da teologia com as ciências humanas e sociais, e o surgimento das ciências bíblicas e da teologia liberal. A outra ala é a conservadora, que reage fortemente às transformações e à releitura da tradição.

**1910-1915:** Publicação da coletânea de 12 volumes intitulada “The fundamentals: a testimony to the truth (1910-1915)” [Os fundamentos: um testemunho da verdade], que teve como editor o Reverendo Reuben Ancher Torrey. A coletânea apresentava textos sobre a Bíblia, com defesa de sua inerrância, além de conteúdos de crítica à modernidade, à teologia liberal, à filosofia moderna e ao catolicismo romano. Nestas bases, o cristianismo evangélico é apresentado como a religião verdadeira e é oferecida uma lista de dogmas e doutrinas que sustentam esta afirmação. Outros temas tratados são a arqueologia e a ciência, com destaque para o fato de a abordagem não ser negacionista do lugar destes estudos, com críticas introduzidas quando estes afetam negativamente “os fundamentos”. A coletânea valoriza a ciência como meio de validação dos fatos históricos da Bíblia (Marsden, 1991).

Se o fundamentalismo nasce como uma reação interna a uma controvérsia teológica, em pouco tempo ela ganha as ruas por dar sentido a medos da modernização entre grupos que se viam alijados das benesses deste processo: o avanço da ciência na educação (evolucionismo) nos seus primeiros tempos, também relacionado à alta crítica bíblica (Karina Bellotti, Seminário da Pesquisa).

Estes “fundamentos” se colocam, portanto, como uma reação contra os valores da modernidade iluminista e humanista, que colocariam em xeque a centralidade do Cristianismo na cultura ocidental, provocando o processo de secularização. Característica comum deste posicionamento religioso é a revelação divina “como princípio estruturante da organização da sociedade em todas as suas dimensões” (Santos, 2014, p. 38). Tendo como âncora a defesa do mito da civilização cristã ocidental, corporificada na cultura dos países protestantes dominantes, o fundamentalismo nascido entre evangélicos/as pleiteia para si o cristianismo verdadeiro, recusando o diálogo ecumênico, o qual é avaliado como “relativização da fé”.

**1920:** o termo “fundamentalista” é registrado pela primeira vez, como identidade deste movimento, segundo a historiadora Karen Armstrong, em um encontro da Northern Baptist Convention [Convenção Batista do Norte], em 1920 onde o pastor Curtis Lee Laws clamou pela identidade “fundamentalista” ser atribuída, incluindo ele próprio, a “alguém que está disposto a recuperar territórios perdidos para o Anticristo e lutar pelos fundamentos da fé” (Armstrong, 2009, p. 157).

**Anos 1930:** limite histórico das atividades do fundamentalismo originário, com militantes conservadores presentes em todas as denominações evangélicas. A radicalização fez com que muitos destes militantes se desvinculassem das igrejas evangélicas históricas por conta da adesão delas ao movimento ecumênico (em torno do princípio da unidade na diversidade) e suas organizações.

**Anos 1960:** “fundamentalistas” significava “separatistas” e não estavam mais relacionados a conservadores das igrejas históricas e mesmo das pentecostais. A exceção era a Convenção Batista do Sul, que tinha uma grande parcela de conservadores militantes chamada de “fundamentalista”, em especial por seus críticos (Marsden, 1991).

### **Internacionalização e politização**

**Pós-Segunda Guerra Mundial:** o fundamentalismo é ressignificado, se internacionaliza e se expande pelo globo acompanhando a expansão do capitalismo estadunidense. O “american way of life” é exportado para o mundo. “À medida que capitalismo se expande, o fundamentalismo se amplia. Penetra no protestantismo latino-americano e se encontra com a cultura colonialista e autoritária das ditaduras, ganhando o caráter mais político, para além do religioso” (Lyndon dos Santos, entrevista). Nesse momento, fundamentalistas veem-se como “personagens contraculturais, numa batalha pela reconquista da América pelos valores familiares e cristãos/ãs, supostamente raptada

pelo humanismo secular, pela ameaça comunista, pelo feminismo e pelos gays. (Karina Bellotti, Seminário de Pesquisa).

**O fundamentalismo se contrapõe, nos anos 1960, às lutas pelos direitos civis e aos protestos contra a Guerra do Vietnã, abraçadas por amplas parcelas de evangélicos/as estadunidenses, e gera um certo mal-estar com as relações entre fundamentalismo e extrema-direita, que atingia certos teólogos alinhados com o movimento. Até o final da década de 1960, o segmento fundamentalista nos Estados Unidos se mantinha politicamente desarticulado, estabelecendo vínculos com a política quando se imbuía de discursos de anticomunismo e de patriotismo.**

**Anos 1970:** tem início um processo de recuperação do “evangelicalismo”, como fator de unidade e transição. O termo “fundamentalismo” ganha nova significação. Herdeiros do fundamentalismo do início do século 20, figuras de destaque como os pastores Jerry Falwell, Tim LaHaye e Pat Robertson, de posse de amplos recursos financeiros e de acesso ao rádio e à TV, se organizam para retomar a “América para Jesus”. É a era dos televangelistas que têm ampla atuação na América Latina, o que está competentemente desenvolvido na clássica obra “A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina”, do teólogo católico Hugo Assmann (1986), como resultado de pesquisa promovida pela Associação Mundial para as Comunicações Cristãs, América Latina e Caribe (WACC/ALC). É um tempo de maior ativismo político com aproximação ao Partido Republicano, formação de grupos de pressão, lobbies, articulações como a “Moral Majority” [Maioria Moral].

#### **Maioria Moral [Moral Majority]**

**A nova direita cristã, liderada por Jerry Falwell, em torno das pautas pró-vida e pró-família – isto é, contra o aborto (legalizado nos Estados Unidos em 1973), pela regulação das mídias, com indicações classificativas por faixa etária, contra as conquistas dos direitos civis de mulheres e LGBTQI+. Um nome de destaque nesta “reforma do fundamentalismo” é o do pastor batista Billy Graham, com as cruzadas evangélicas da Aliança Evangélica que fundou, atuando na luta contra o comunismo no período da guerra fria. A Maioria Moral se tornou uma grande força política nos Estados Unidos e tinha como principais bandeiras: a defesa dos “valores da família” (o que incluía a oposição ao aborto em qualquer caso, o combate à expansão dos direitos de pessoas homossexuais e, também, a restrição à pornografia); a volta da prática das orações e o ensino do criacionismo nas escolas públicas; o combate à disseminação do comunismo juntamente com uma defesa de cunho patriótico ferrenha do capitalismo e do “modo de vida” americano; uma posição extremamente crítica às políticas de bem-estar social; a defesa de uma postura pró-Israel por parte do governo norte-americano; entre outras (Rocha, 2020). A Maioria Moral entrou fortalecida nos anos 1980, mas foi nos 90 que ganhou mais espaço com a Presidência do Republicano Ronald Reagan. Lideranças fundamentalistas foram nomeadas para cargos importantes (Rocha, 2020). Esta ocupação do Partido Republicano permitiu poder a fundamentalistas cada vez que o partido assumia o posto maior do Estado. A força fundamentalista é retomada nos anos Bush (pai e filho) e no presente como governo Donald Trump, avaliado como extrema-direita.**

#### **A Nova Direita Cristã**

**Anos 1970:** o termo “fundamentalismo” passa a ser associado a ‘estreiteza’, ‘obscurantismo’ e ‘sectarismo’. A disseminação desta compreensão teve a contribuição do biblista da Oxford University James Barr, na obra ‘Fundamentalism’, de 1977, numa explícita postura de oposição” (Alejandro Ribas, entrevista). Nestes tempos, o conceito começa a ser utilizado, também, de forma análoga, a outras religiões como o Judaísmo e o Islamismo. Uma das características comuns desta ampliação da utilização do termo a outras religiões é o antimodernismo, o que se amplia com outras análises para a reação a uma percepção de ameaça ou crise, a dramatização e a mitologização de inimigos da fé, o idealismo religioso, a infalibilidade das escrituras, o extremismo, o proselitismo (Ainz, 2011). O cientista político Gilles Kepel chama este processo de “revanche de Deus”, uma direção oposta à

secularização do mundo que, a partir da década de 1970, “passou a andar de marcha à ré” (Kepel, 1991).

### As correntes contemporâneas do fundamentalismo nos Estados Unidos

**Reformismo:** orientado por Francis Schaeffer, que propôs que as transformações se dariam no âmbito da cultura e no apoio político à eleição de candidatos/as comprometidos/as com as causas cristãs, que produziriam leis coerentes com elas. Nos Estados Unidos, nem sempre os fundamentalistas reformistas conseguiam impor uma agenda, mas o que os manteve em intensa e visível, segundo Sarah Diamond (1995), foi o estabelecimento de uma cultura própria de escolas, universidades, imprensa e mídia, que retroalimentava suas visões de mundo. Um exemplo é a Liberty University, fundada por Jerry Falwell, em 1971, na Virgínia.

**Reconstrucionismo:** orientado por Gary North, que se alinha com a ideia de ocupação da política partidária, mas acredita não ser suficiente. Defende a dominação e não a oposição a instituições seculares, para a cristianização da sociedade. Daí a proposta de atuação “de baixo”, da cultura, da base da vida social. Para os reconstrucionistas a educação é um dos principais campos de batalha por corações e mentes para transformações de longo prazo. (SILVEIRA, 2017).

## AS CORRENTES CONTEMPORÂNEAS DO FUNDAMENTALISMO NOS ESTADOS UNIDOS



**Ambas correntes tiveram importante papel na Maioria Moral, a Nova Direita Cristã dos Estados Unidos, mas foi o reconstrucionismo a forma teológica mais influente na política, por meio da Teologia do Domínio, já descrita neste texto. O reformismo de Francis Schaeffer atua numa outra direção: ao invés de investir na política partidária ou nas clássicas cruzadas evangelísticas, Francis Schaeffer, um jovem pastor, dedicou-se, a trabalhar com a juventude. Como missionário presbiteriano na Suíça, ele criou, em 1955, nos Alpes, a L'Abri (Abrigo, em francês), uma fraternidade internacional para formação de jovens. Ele propunha que os cristãos/ãs entrassem na “guerra cultural” e se utilizassem das instituições culturais da sociedade a fim de transformá-las. Por isso passou a estimular a produção cultural, em especial de filmes com base religiosa, confrontando o humanismo, ao qual Schaeffer tinha ojeriza e relacionava ao aborto. O discurso de Schaeffer foi base para vários movimentos “pró-vida” (Williams, 2010; Alencar, 2018).**

### O viés fundamentalista católico-romano

Os movimentos fundamentalistas dos Estados Unidos, por décadas, já atuavam na oposição aos movimentos feminista e LGBTQI+. No entanto, na América do Sul, esta questão une religião e política, por conta de ações do catolicismo. O processo nasce nos anos 1990, no Vaticano, sob João Paulo II, até chegar à elaboração do “Lexicon – Termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche” [Lexicón – Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas], em 2003, pelo Pontifício Conselho pela Família, demarcando a compreensão da igreja sobre sexo, gênero e sexualidade. É nesse momento que começa a ser gestada a estratégia de reação da Igreja Católica aos direitos de gênero, potencializados pela IV Conferência Mundial sobre a Mulher, promovida pela ONU, em Pequim (China, 1995) com o tema “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. Esta estratégia entra na América Latina nos anos 2010 por meio da noção de ideologia de gênero” e é muito atraente para os fundamentalismos evangélicos. Estes passam a dar mais visibilidade à luta contra a “ideologia de gênero” no apoio aos/às católicos/as (“unidade corporativa”) e terminam liderando processos com anuência das lideranças católicas, resguardadas na sua imagem

### Ideologia de gênero

**Termo de ataque à busca aos direitos de gênero que nasce no contexto da Igreja Católica Romana, sob o pontificado de João Paulo II, em especial com a elaboração do “Lexicon – Termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche” [Lexicón – Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas], em 2003, pelo Pontifício Conselho pela Família, demarcando a compreensão da igreja sobre sexo, gênero e sexualidade.**

**O discurso estava elaborado desde 2003, com João Paulo II, mas a ofensiva católica só se explicitou a partir de 2008, com o Papa Bento XVI, quando, dias antes do Natal, ele fez um pronunciamento afirmando: “salvar a humanidade do comportamento homossexual ou transexual é tão importante quanto salvar as florestas do desmatamento”. Neste discurso, Bento XVI introduziu a ideia de “gênero” como “teoria falsa”, logo popularizada como “ideologia”, na conotação pejorativa do termo (Bento XVI, 2012).**

**A partir deste discurso, lideranças católicas alinhadas com esta posição, passaram a disseminar o termo “ideologia de gênero”, assumindo o significado pejorativo do termo “ideologia” como um pensamento enganoso, falso. Nesta concepção, a “ideologia de gênero seria concretizada no ensino (via escolas e mídias), especialmente voltado a crianças e adolescentes, de que pessoas devem escolher o que fazer com seus próprios corpos, com a escolha da sua preferência sexual, sendo estimuladas a assumirem, especialmente, a homossexualidade, e a prática**

Vários estudos denominam como “neointegrismo” este movimento que emerge da Igreja Católica nas duas décadas do século 21 (Ramirez, 2020). O termo “neo” é utilizado pela compreensão de que há características estruturais semelhantes às dos grupos católicos integralistas da Espanha, no final do século 19 e no início do 20 (mesmo período de emergência do fundamentalismo entre protestantes nos Estados Unidos). Estes grupos reivindicavam o lugar central da tradição da igreja tanto nas práticas de sua comunidade de fé como na vida social e institucional. Buscava-se uma refundação da

sociedade sobre as bases católicas. Este movimento foi determinante para o projeto de nação do General Francisco Franco e a imposição do regime totalitário do franquismo. Nesse sentido, o integrismo católico se colocava como uma mediação cultural e política entre a revelação religiosa e suas aplicações históricas e sociais (Ramirez, 2020).

Estes estudos estabelecem o Concílio Vaticano II como marco de ressurgimento do integrismo, como uma reação dos grupos opositores às reformas e “modernização” da Igreja Católica a partir do conclave. Avalia-se que neointegristas se aproximam do calvinismo na forma de entender a dimensão econômica da sociedade e o modo em que a produção econômica e a vida moral podem interseccionar por meio da ética cristã (Ramirez, 2020).

A Opus Dei, o Papa João Paulo II e seu sucessor Bento XVI seriam expressões deste neointegrismo para os estudiosos do tema. A oposição ao pontificado de Francisco, já mencionada neste texto, reflete a força deste movimento no interior do Catolicismo em todo o mundo. É uma busca de retomada de poder religioso-político e simbólico da Igreja Católica, enfraquecido pelo pluralismo religioso e pelas transformações sociopolíticas de movimentos seculares, em especial aqueles que alcançam direitos das minorias sociais (mulheres, LGBTQI+, populações negras e indígenas). São posturas muito próximas aos fundamentalismos na forma como são concebidos nesta pesquisa FESUR, sendo aqui, portanto, entendidas como uma de suas expressões.

### 1.2.2 Uma tentativa de definição

A dimensão política que estas características do fundamentalismo assumem a partir dos anos 1970, para além do religioso, mas mantendo-o em suas bases, faz emergir a compreensão de que o fundamentalismo é a busca do Estado ético-religioso, com o restabelecimento da lei de Deus. A partir do político, estudiosos de diferentes áreas das Humanidades passam a observar que o fundamentalismo ganha expressões na economia (em especial com o neoliberalismo como “fim da História”) e na cultura (em especial com o nacionalismo, a rejeição a imigrantes e as reações destes) (Ainz, 2011).

Neste ponto, esta pesquisa recorre à socióloga Alexandra Ainz (2011, p. 165) que considera que “o fundamentalismo consiste em formas muito concretas, primeiro de interpretar a realidade [visão de mundo] e depois, de atuar em função desta interpretação”. Para esta pesquisadora, a interpretação da realidade é feita a partir de uma matriz religiosa e a ação é vinculada à dimensão política, sendo ambas confluentes e mutuamente condicionadas.

Como se percebe nesta reconstituição das transformações experimentadas pelo termo desde o início do século 20, os movimentos e grupos fundamentalistas não são estáticos, mas se reinventam continuamente a partir das demandas de cada momento sócio-histórico. A dimensão religiosa é mantida com os fundamentos da fé, baseados nas Escrituras Sagradas, de onde brota um modelo de sociedade perfeita, superior a qualquer outra inventada por humanos. A dimensão política é a concretização, a aplicação da matriz religiosa, à vida social, econômica, cultural. Esta aplicação pode se dar, segundo Alexandra Ainz, do proselitismo mais pacifista a atos de violência física. Nesse processo, há uma racionalidade fundamentalista acionada que mescla os fins a serem alcançados (o Estado ético-religioso) e os valores a serem defendidos (resultantes dos fundamentos da fé), levando fundamentalistas a lançarem mão de princípios e leis seculares (como os Direitos Humanos ou o Estado Laico) para justificar suas demandas que, por vezes, assumem um caráter estrategicamente laico (Rogério Junqueira, entrevista).

É assim que os fundamentalismos sempre se apresentam como alternativa, como uma forma de resistência a circunstâncias ou contextos. Por isso, estas expressões são reacionárias, baseadas em sentimentos e temores produzidos por transformações sociais que se chocam com certos valores religiosos. Neste ponto há que se destacar que os fundamentalismos se alimentam do medo. “O ser humano tem medo da liberdade, se apega a quem controla, a quem apaga medos (cf. Eric Fromm). Busca-se exorcizar culpas e ao mesmo tempo busca-se poder para dominá-las” (Olga Consuelo Vélez, entrevista). “Está relacionado ao sentimento de impotência: o ser humano se sente impotente de levar adiante projetos de vida. Há outros componentes como a criação da imagem de um inimigo, de uma ameaça. A única maneira passa a ser representar a possibilidade de salvação (matriz religiosa), a luta do bem contra o mal” (Carlos Angaritta, entrevista).

A tensão conceitual em torno do fundamentalismo produziu em certos círculos acadêmicos o termo “neofundamentalismo”, na compreensão de que os fenômenos contemporâneos estão para além do que denominam “fundamentalismo histórico” (Andréa Silveira, Rolando Pérez, entrevista). Já em outros círculos, verifica-se o rechaço ao uso do termo, na compreensão de que o que se dá na contemporaneidade em termos de radicalização no espaço público, posturas de intolerância, recusa ao diálogo, reconstrução da ordem moral e idealização do que existiu no passado, politização do dogmatismo religioso, extremismo religioso e fanatismo, não seria fundamentalismo tal como a noção se construiu nas origens. Estes substituem o termo por “conservadorismo político-religioso” e “reacionarismo” (Joanildo Burity, Rogério Silveira, William Beltrán, entrevista; Sonia Correia, grupo focal).

Este registro da pesquisa FESUR não pretende esgotar esta temática, uma vez que, como visto, o termo “fundamentalismo” é um conceito que está em contínua reconstrução diante das transformações sócio-históricas. Como síntese teórica, a pesquisa assume o termo “fundamentalismo” no plural para compreender as expressões político-religiosas que se manifestam na contramão da democracia e dos direitos humanos. **Fundamentalismos (no plural, portanto) são aqui compreendidos como uma visão de mundo, uma interpretação da realidade, com matriz religiosa, combinada com ações políticas decorrentes dela, para o enfraquecimento dos processos democráticos e dos direitos sexuais, reprodutivos e das comunidades tradicionais, políticas de valorização da pluralidade e da diversidade, num condicionamento mútuo. Não são homogêneos, são diversificados, formados por diferentes grupos que têm em comum inimigos a combater com ações distintas no espaço público. Por isso, o caráter basilar dos fundamentalismos é o oposicionismo.** “Em todo e qualquer contexto, o fundamentalismo começa a tomar forma quando os membros de movimentos



Wavebreakmedia - elementsenvato

já conservadores e tradicionais se sentem ameaçados” (Marty, 1992).

É importante demarcar, com base no exposto, que “conservadorismo”, “integrismo” e “tradicionalismo” são características dos fundamentalismos, isto é, manifestam-se neles, e não são seus sinônimos (Ainz, 2011). Da mesma forma, não são sinônimos de fundamentalismo os conceitos de populismo, lideranças carismáticas e messianismos. Fundamentalistas podem ser conservadores, integristas, tradicionalistas, populistas, carismáticos e messiânicos, mas estas seriam características adicionais a certas práticas fundamentalistas e não seu sinônimo.

Não devem ser considerados fundamentalismos também os fenômenos que não tenham as dimensões religiosa e política mutuamente condicionadas, e os movimentos e grupos que não têm uma racionalidade fundamentalista acionada na defesa de seus ideais (Ainz, 2011). Por isso, ao se afirmar fundamentalismo no plural e relacioná-lo à economia, à cultura ou a outras dimensões sociopolíticas, é preciso aplicar estes critérios.

Esta noção sistematiza o que especialistas entrevistados/as e participantes dos seminários de pesquisa indicaram para a elaboração deste texto, e responde ao desafio de se superar a noção de que “tudo seja fundamentalismo resultando em nada”. A partir desta avaliação pode ser mais correto aplicar a certos fenômenos sociopolíticos, econômicos e culturais não fundamentalistas os termos “pensamento único”, “intolerância”, “radicalismo”, “extremismo”, “fanatismo”.

## 2 Tendências fundamentalistas na região

É no assento religioso católico e evangélico que os novos fundamentalismos se expressam nos anos 2000 na América do Sul. O que se observa na região são novas formas de fundamentalismo, novos protagonismos, que buscam uma ressacralização da sociedade pelo político (José Luis Guadalupe, entrevista). Há o fortalecimento da articulação entre lideranças políticas evangélicas, lideranças evangélicas midiáticas, lideranças católicas e políticos/as não religiosos/as, empresários/as e ruralistas, afinados com as pautas reacionárias, formando um conglomerado de lideranças que compõem um quadro de reverberação de pautas conservadoras, com amplo apoio do eleitorado. Nele, a concepção de fundamentalismos é transformada diante das expressões observadas a seguir.

## 2.1 Fundamentalismos contextualizados

Na América Latina, “os fundamentalismos têm ressonância entre as camadas populares. As periferias do continente estão entre a ação de quatro grupos: igrejas evangélicas, Igreja Católica, movimentos populares/ONGs e o narcotráfico, uma vez que há ausência de intervenção dos Estados. Não é possível falar de fundamentalismos na América Latina sem levar em conta estes elementos” (Néstor Oscar Míguez, entrevista).

Os movimentos fundamentalistas propagam temas caros às camadas populares como a “proteção à família” e “empreendedorismo para não depender de patrões”, por exemplo. Para se compreender o avanço dos fundamentalismos na América Latina é preciso ter em conta o sucesso do discurso que alcança demandas/expectativas das camadas populares. Por outro lado, o pentecostalismo não atinge somente os pobres sem formação. Há um pentecostalismo e um neopentecostalismo de classe média, com discurso que apela para o que há de mais elementar para a pessoa (necessidades e desejos, busca da felicidade, por exemplo) (Andréa Silveira, entrevista)

Nos discursos fundamentalistas na América Latina, “certos ‘fundamentos’ são escolhidos para persuasão do público, a fim de estabelecer fronteiras e lutar contra ‘inimigos’, o que sempre resulta em um movimento polarizador e separatista, que nega o diálogo e estabelece um pensamento único que direciona ações. A leitura bíblica não é literal, mas é uma leitura realizada em função de um dogmatismo pré-existente” (Néstor Oscar Míguez, entrevista). Isto se relaciona ao fato de que os pentecostais, protagonistas neste processo, “jamais foram fundamentalistas, no sentido da leitura literal, mas são forma ad hoc de interpretação do texto bíblico – são profundamente distantes do texto bíblico. Atuam em uma conveniência de selecionar aspectos do texto bíblico para justificar o que defendem, espiritualizam-nos e ignoram os demais” (Joanildo Burity, entrevista).

Neste discurso, identifica-se um rechaço a certas teorias científicas e adoção de outras, certa perspectiva moral que leva em conta uma única moral social bíblica, que implica certo modelo de família tradicional heterossexual, que toma a mulher com submissão ao homem. Por isso a censura explícita e estigmatização de toda expressão/identidade sexual LGBTQI+ e de toda expressão sexual que não seja do matrimônio entre homem e mulher. A condenação da legalização do aborto e da eutanásia estão nesta compreensão, sob a lógica de que só Deus pode dar e tirar a vida. A tudo isto se somam as condutas morais evangélicas – não fumar, não beber, rejeitar festas, bares, baladas (William Beltrán, entrevista).

Além de estas expressões fundamentalistas manifestarem-se nos poderes executivo e legislativo, um elemento novo é o alcance do poder judiciário (caminho descoberto pelos movimentos para barrarem e impedirem direitos, com o apoio de juízes e autoridades judiciárias que estão vinculadas ou são simpatizantes a grupos religiosos e/ou movimentos reacionários).

Ativistas religiosos/as, tanto católicos/as quanto evangélicos/as, têm buscado instruir legisladores, judicializar questão da anticoncepção, da ampliação de direitos LGBTQI+ e de comunidades tradicionais (neste último caso, em aliança com ruralistas e mineradoras) e fomentar a “objeção de consciência”. Busca-se, com isso, instigar que os fiéis qualificados ocupem funções no Estado como políticos, funcionários públicos, promotores e juízes, a fim de defender suas crenças “pela vida” no desempenho de suas funções (Vaggione, 2012). Há exemplos disto, como já relatado, na Argentina, no Brasil, da Colômbia e do Peru.

Esta objeção de consciência é estimulada também a médicos/as, enfermeiros/as e todos os funcionários/as que atuam em procedimentos de interrupção da gravidez, e a oficiais que lidam com a celebração de uniões civis, matrimônio entre pessoas do mesmo sexo ou casos de adoção de crianças por casais homoparentais. Vaggione (2012) afirma que estas são formas nítidas de enfraquecimento da democracia que fazem uso dos próprios canais do sistema democrático.

### 2.1.1 A reação sobre os direitos sexuais e reprodutivos

Os avanços em termos de políticas públicas e leis conquistados na América do Sul, a partir dos anos 1980 (período de redemocratização em vários países do Continente, ao fim de ditaduras), referentes aos direitos das mulheres, em especial os sexuais e reprodutivos, e das pessoas LGBTQI+, provocaram reações de grupos religiosos e setores políticos conservadores nos diferentes países da região, como relatado nos casos expostos na introdução deste texto. Esta reação se configura mais intensamente depois da potencialização da demanda pelos direitos de gênero promovida pela IV Conferência Mundial sobre a Mulher, promovida pela ONU, em Pequim (China, 1995) com o tema “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”.

Estas reações se configuraram em oposição às políticas relacionadas aos direitos de gênero, com especial as relacionadas ao aborto, à diversidade sexual. A negação de direitos às mulheres e à população LGBTQI+ é algo antigo como fenômeno, mas a novidade está na intensidade da reação com ações de grande alcance e nas estratégias, com uma guerra discursiva e o surgimento dos grupos denominados “pró-vida” (inventariados pelo Observatorio de Sexualidad y Política em: Campana, 2020).

Esta guerra discursiva é embasada na noção de masculinidade e feminilidade, tomada de uma leitura literal da Bíblia, que constrói a concepção de tarefas próprias de homens e mulheres. Os fundamentalismos, em todos os lugares do mundo, condenam toda expressão sexual que fuja disto, do “marco estabelecido por Deus”. Por isso há uma censura explícita e a estigmatização de toda identidade sexual LGBTQI+ e de toda expressão sexual que não seja heterossexual, advinda do matrimônio entre homem e mulher. A condenação da legalização do aborto está nesta compreensão, sob a lógica de que só Deus pode dar e tirar a vida, negando às mulheres o direito de decidir sobre o seu corpo. A reprovação da eutanásia também se dá por esta mesma lógica (William Beltrán, entrevista).

Como estratégia, dissemina-se o termo “ideologia de gênero”, um metadiscorso construído de maneira a criar abjeto, produzir rechaço, pânico moral. Em torno dele, pela via política, se percebe matriz religiosa agindo no tema da educação sexual que causaria “perversão de crianças”, “vamos salvar nossas crianças!”. Anexada a estas ideias está a naturalização do ideal de família e do gênero masculino e feminino patriarcalizados. Pessoas passam a ocupar as ruas, convocadas pelos grupos “pró-vida” (inventariados pelo Observatorio de Sexualidad y Política em Campana, 2020), contra projetos de lei que legalizam parcial ou integralmente o aborto, a educação sexual nas escolas e a noção de gênero na educação em geral e em políticas públicas. São produzidos bons materiais para distribuição ao público com referências a psicanalistas (William Beltrán, entrevista).

Há casos na região em que governos responderam às demandas desses movimentos, como relatado na introdução deste texto. Com isso, vive-se um clima político na América do Sul no qual os movimentos religiosos-políticos não apenas têm maior força e presença política, mas também lideranças políticas que compartilham suas ideias estão ocupando os poderes executivo, legislativo e judiciário, implementando ações para que as expectativas desses projetos reacionários sejam atendidas.

Um exemplo destacado é o do Brasil. O atual presidente Jair Bolsonaro, no discurso de posse, prometeu “combater a ideologia de gênero, preservando nossos valores”. Uma das primeiras medidas dele, ao assumir o cargo, foi extinguir os comitês de gênero, diversidade e inclusão, eliminando a população LGBTQI+ como sujeito de medidas e políticas relacionadas aos direitos humanos. Em junho de 2020, o governo nomeou para a Secretaria de Atenção Primária do Ministério da Saúde um médico ligado a movimento “pró-vida”.

### 2.1.2 O discurso “pró-família” como um projeto econômico-político

O tema da defesa da família tradicional heterossexual revela-se como a “ponta do iceberg” de todo um projeto econômico-político mais amplo: manter as coisas como estão, o status quo, a ordem patriarcal. A questão de gênero é chave para os fundamentalismos porque está conectada com diferentes áreas estruturantes da vida e do saber: sexualidade, saúde, economia, cultura. O discurso pró-família e antigênero é marcado pela ideia de naturalização de um suposto modelo de família (pai, mãe e filhos/as) e de naturalização do gênero (papéis sociais de mulher e homem e a heteronormatividade). Quando se fala de família do ponto de vista moral leva-se ao elemento da produção privada, a destruição das políticas públicas de bem estar social e de uma concepção ampla e democrática de direitos. A família, na concepção colonial patriarcal, tem responsabilidade de procriar, de cuidar dos/as doentes, dos/as idosos/as, das crianças, e, com base nesta cultura, são as mulheres que exercem a reprodução e este cuidado (Rogério Junqueira e Sandra Quintela, entrevistas).

De acordo com essa lógica, a família atua como rede de proteção, reservatório de disciplina e estrutura de autoridade (Brown, 2019). A família é considerada uma forte barreira aos excessos da democracia e das reivindicações de minorias sociais. Assim, fica claro que um dos focos desses fundamentalismos é a destruição de qualquer coisa que faça alusão à justiça social.

Wendy Brown classifica esta moralidade como ressentida, reveladora de frustrações e da tentativa da retomada do que um dia esteve em vigência, pautada pela chave da religiosidade. É um ressentimento branco e masculino, de indivíduos e grupos que se sentem enfraquecidos por elementos produzidos pela democracia, pela ascensão da visibilidade de mulheres e de LGBTQI+ nas ações pelos direitos de gênero, por serem confrontados quando expõem posições machistas, homofóbicas ou racistas. Esse ressentimento, se manifesta na rejeição, por vezes como ódio, em relação a associações e organizações sociais (partidos políticos, sindicatos, movimentos, ONGs), que buscam a igualdade, o respeito às diferenças e o direito das minorias sociais, e a lideranças que se destacam em ações desta natureza. O apoio destes indivíduos e grupos ressentidos aos fundamentalismos político-religiosos inaugura uma cultura antidemocrática, contra posturas e espaços de igualdade, e revela-se uma tentativa de fazer as mulheres voltarem para a cozinha, os indígenas e negros para a condição de escravos e LGBTQI+ para a reclusão do anonimato.

Por isso, os discursos pró-família e antigênero, observados nos casos que motivaram esta pesquisa, agem por meio de duas frentes: a Educação e o Direito (judiciário). Ambas relacionadas fortemente com a visão fundamentalista, na medida em que se configura na adesão irrestrita a um modelo único – a uma ideia única – aplicada a qualquer lugar do mundo, a qualquer religião e cultura mundo afora. “A experiência mais exitosa foi o Chile, em 1973, com o golpe militar com modelo neoliberal: Estado mínimo para facilitar qualquer iniciativa para o que o mercado protagonizasse políticas públicas. O Estado se retira das políticas sociais para que o mercado entre e atenda” (Sandra Quintela, entrevista).

A presença do mercado na estruturação da vida social (e não mais a religião ou o Estado) gerou um fenômeno não condicionado pela religião, mas fundamentalmente religioso. Como reflete Walter Benjamin (2015), o capitalismo pode ser visto como uma religião cultural, em que o utilitarismo (investimentos, especulações, operações financeiras, manobras de bolsas, compra e venda de mercadorias) torna-se um culto religioso de duração permanente. A conhecida Teologia da Prosperidade e seus derivativos é a tradução teológica desta religião (Lyndon dos Santos, entrevista).

No entanto, nas últimas décadas, o discurso neoliberal e do Estado mínimo tem demonstrado sinais de fracasso, sujeitando-se a críticas e resistências e tornando-se de difícil aceitação no que diz respeito à atenção aos direitos básicos da vida humana e da sustentabilidade do planeta. Há insistentes quedas de investimentos, quebras de empresas, alta do desemprego que aumenta a pobreza e desigualdades e diminui a capacidade de consumo. Emerge o apelo à defesa da família para tornar o discurso neoliberal e suas práticas mais palatável. Na defesa da família está embutida a ideia da produção privada – a família é que cuida da

educação dos/as filhos/as, dos/as idosos/as, dos doentes, que provê a sobrevivência, o que conota a irrelevância das políticas públicas da educação, da saúde, dos direitos trabalhistas (Sandra Quintela, entrevista). Nesse sentido, observa-se como um projeto político-econômico que molda subjetividades, num cenário de crise do sistema centrado no capital, ancorando-se na ideologia do empreendedorismo individual combinada com moralidade pró-família e com o ressentimento antidireitos de mulheres e de pessoas LGBTQI+ e negras.

### 2.1.3 Pânico moral e permanente embate com inimigos

A construção destas bases e a adesão a elas são conquistadas por meio do pânico moral, da retórica do medo, para gerar insegurança e promover afetos. Pânicos morais são fenômenos que emergem em situações nas quais sociedades reagem a determinadas circunstâncias e a identidades sociais que presumem representarem alguma forma de perigo. São a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos e, ao se sentirem ameaçados, tendem a concordar que “algo deveria ser feito” a respeito dessas circunstâncias e dessas identidades sociais ameaçadoras. O pânico moral fica plenamente caracterizado quando a preocupação aumenta em desproporção ao perigo real e geral (Miskolci, 2007).

No contexto dos quatro países observados nesta pesquisa, foi desenvolvido um pânico moral em torno da “defesa da família” e dos filhos das famílias, como núcleos da sociedade que estariam em risco, por conta agenda de igualdade de direitos sexuais. Mensagens alarmistas apresentam esta agenda como de destruição e de ameaça à sociedade com base na noção de que se a família e as crianças estão em risco toda a sociedade está em risco. Para isso movimentos fundamentalistas articulam amplo recurso às mídias em todos os formatos, tradicionais e digitais, com farto uso de desinformação, em especial de *fake news*, para alimentação do pânico moral e para interferência nas



pautas políticas (Douglas, 2018). Há também a disseminação de discursos de ódio contra movimentos sociais e contra ativistas diretamente.

**Por desinformação compreenda-se “Informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente, podendo prejudicar o interesse público”. (Ver Comissão Europeia, 2018)**

Os fundamentalismos gravitam entre o que consideram inimigos que justificam suas ações. São identificados dois inimigos (Joanildo Burity, entrevista): 1) os avanços políticos em toda a América Latina que deram amplo espaço ao direito e à dignidade de minorias sociais, tomando-se a esquerda política como campo de referência e também os movimentos feministas e LGBTQI+; 2) discurso antiglobalização – críticas contra o modelo econômico social em risco desde o final dos anos 1990 para imposição de modelo capitalista ainda mais restritivo a direitos sociais.

Estudos empíricos têm estabelecido a conexão entre a recepção e a propagação de desinformação com o imaginário de cristãos/as fundamentalistas. O pesquisador de Literatura Americana e Religião da Universidade de Victoria (Inglaterra) Christopher Douglas (2018), por exemplo, indica que a cultura fundamentalista de: 1) negação da ciência (especialmente da teoria da evolução e da leitura contextual da Bíblia) e desqualificação da informação pelas mídias; 2) criação de fontes alternativas para conhecimento e informação: suas próprias universidades, museus e mídias; 3) formação cognitiva para rejeitar conhecimento especializado e buscar alternativa – geração de incapacidade de pensamento e análise críticos, é base para que fake news se espalhe facilmente entre cristãos/ãs conservadores. A forma como o termo “ideologia de gênero” se espalhou amplamente pelos grupos religiosos, bem como narrativas falsas a ele relacionadas, é forte exemplo desta concepção.

Isto ganha força, no espaço público, segundo Douglas, para além da religião, com o fortalecimento de uma religiosidade partidária entre fiéis (afinidade eletiva com a direita política) e

uma aproximação aos extremismos conservadores.

Esta reação conservadora produz efeito na agregação de projetos conservadores – política, direitos sociais, moralidade – no entanto, não há unidade entre estes grupos. Entre os grupos religiosos fundamentalistas há conflito em torno da maneira eficaz de se cumprir o papel da religião que propagam na sociedade. Há ideias diferentes de modelo de sociedade e sobre formas distintas de se alcançar este modelo (Andréa Silveira, entrevista). Um exemplo é a divisão entre reformistas e reconstrucionistas, já exposta neste texto.

A aproximação destes diferentes setores não se dá por convergência de princípios, de ideias, mas pelo processo de ressonância – embates contra os inimigos de tal modo que se reconhecem e se unem aí. Esta formação discursiva/ideologia é um abrigo coletivo que só existe porque estes dois inimigos comuns foram eleitos e lutam contra eles, que promove unidade de grupos reacionários contra a imigração (Joanildo Burity, entrevista).

#### **2.1.4 Ameaça a comunidades tradicionais**

Fundamentalismos também atuam de forma ameaçadora à cultura dos povos tradicionais (indígenas e de matriz africana), classificando-a como bruxaria e demoníaca. Direitos culturais são mais afetados por ações de homogeneização e ocidentalização de usos e costumes, o que toma a forma de um novo colonialismo cultural, que, mais uma vez, busca apagar as diferenças. Estas ações se dão, historicamente, por meio de práticas missionárias cristãs, católicas e evangélicas. A conversão de indígenas e populações afrodescendentes significa, ainda nos anos 2000, o rechaço das expressões religiosas de origem e adoção da fé no Deus cristão, por meio do batismo e da adoção das doutrinas e preceitos de fé ensinados pela catequese. A conversão à fé cristã significa também a assimilação da cultura branca dos missionários na adoção de sua língua, sua forma de vestir, de comer, de constituir uma família e se relacionar com ela, de viver em comunidade, de se integrar ao meio ambiente, de fazer política.

A Igreja Católica Romana, a primeira a adotar este tipo de evangelização com povos indígenas e negros escravizados, mudou de atitude depois do Concílio Vaticano II, com a instituição das pastorais sociais e da discussão sobre inculturação do Evangelho, na América Latina, em especial, nas Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979). Ainda assim, os grupos fundamentalistas, que se destacam no Catolicismo Romano na região, desde os anos do pontificado de João Paulo II, exercem incidência sobre as atividades missionárias, gerando tensão entre agentes comprometidos com as causas indígenas e negras e líderes que cobram “conversões” (Jesus Alfonso Flórez Lopes, entrevista grupal; Roberto Antônio Liebgott, grupo focal).

Grupos evangélicos começam a atuar mais intensamente em meados do século 20, entre indígenas, especialmente por meio de agências missionárias estadunidenses, e entre populações negras, por meio de projetos evangelísticos de igrejas em territórios ocupados por elas. Nos anos 2000 identifica-se a ampliação das atividades destes grupos fundamentalistas, algumas delas atreladas a empresas do agronegócio, mineradoras, madeireiras, de garimpo e de especulação imobiliária, que buscam intervir em territórios dessas populações para alcançar seus interesses econômicos (Damiani, Pereira, Nocetti, Paredes, 2018; Restrepo, 2017).

Um exemplo é a organização estadunidense Jovens com uma Missão (JOCUM), presente nos quatro países priorizados nesta pesquisa (e em vários outros da região). Ela tem sido alvo de processos judiciais no Brasil por violações de direitos indígenas. Um deles resultou na expulsão de missionários da JOCUM da aldeia Suruwahá, no Amazonas, em 2003, por meio de intervenção da Procuradoria Geral da República (Recomendação PRDC-AM N° 003/2003). A expulsão formal pelo Estado brasileiro teve por base um estudo antropológico do Analista Pericial em Antropologia do Ministério Público Federal e uma denúncia PR/AM n° 1.13.000.000077/2002-46-PRDC/AM n° 440, apresentada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Igreja Católica Romana, contra a JOCUM. A organização foi acusada de praticar o proselitismo, desestruturar a comunidade (tendo gerado suicídios

em massa), escravização de indígenas, extração ilegal de sangue, biopirataria de sementes da floresta, construção de pista de pouso ilegal, venda ilegal de madeira, remoção de indígenas de forma ilegal, sequestro de crianças e racismo (AM... 2010).

As políticas neoliberais impõem normas de reconstrução do Estado que atingem comunidades tradicionais, com a extinção de políticas públicas de preservação de territórios e cultivo das culturas ancestrais. A maioria dessas comunidades não contam com condições mínimas para existir. Isto significa a desconstrução de direitos conquistados, a imposição da desterritorialização (com vistas à exploração de terras historicamente ocupadas pelo agronegócio ou por mineradoras), determinação do integracionismo (ideologia de que estas populações só serão consideradas humanas se aderirem a este modelo de sociedade).

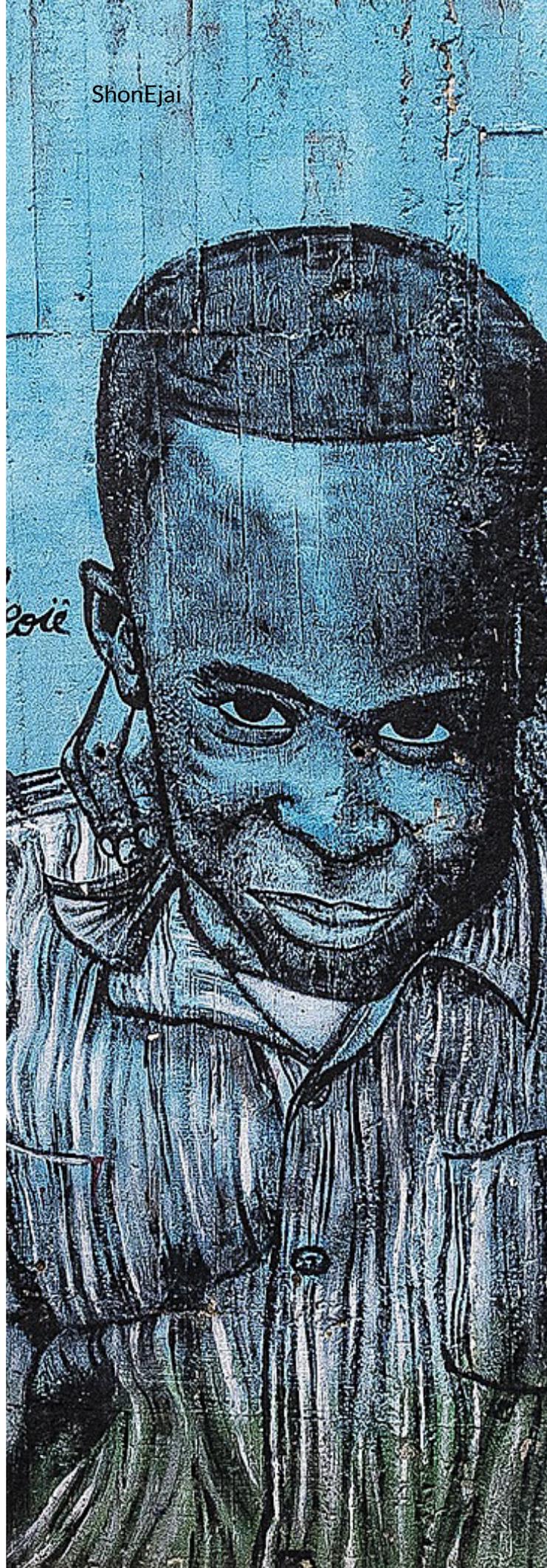
Há casos de sedentarização forçada de povos indígenas e trabalho forçado relacionado à dinâmica das missões. Entre indígenas peruanos, por exemplo, a luta pela terra, a manutenção do idioma e o valor da mulher (que cuida fortemente dos dois primeiros) têm sofrido ataques, especialmente por conta do monocultivismo promovido pela agroindústria. Ele incentiva o abandono da terra para migração para as cidades e o empreendedorismo individual. Povos indígenas são levados por isso, seduzidos a alcançar o mundo moderno, inclusive com uma religiosidade que lhes é alheia. Indígenas argentinos/as e brasileiros/as têm enfrentado esta mesma questão. Entre as consequências mais drásticas para estas populações está a migração para cidades, em busca de trabalho e sobrevivência, com o aumento da pobreza e da miséria tanto de indígenas migrantes como da população urbana, e grande número de suicídios (Jorge Arboccó, Denise Chávez, Leo Suarez, entrevistas grupais; Sandro Luckmann, grupo focal).

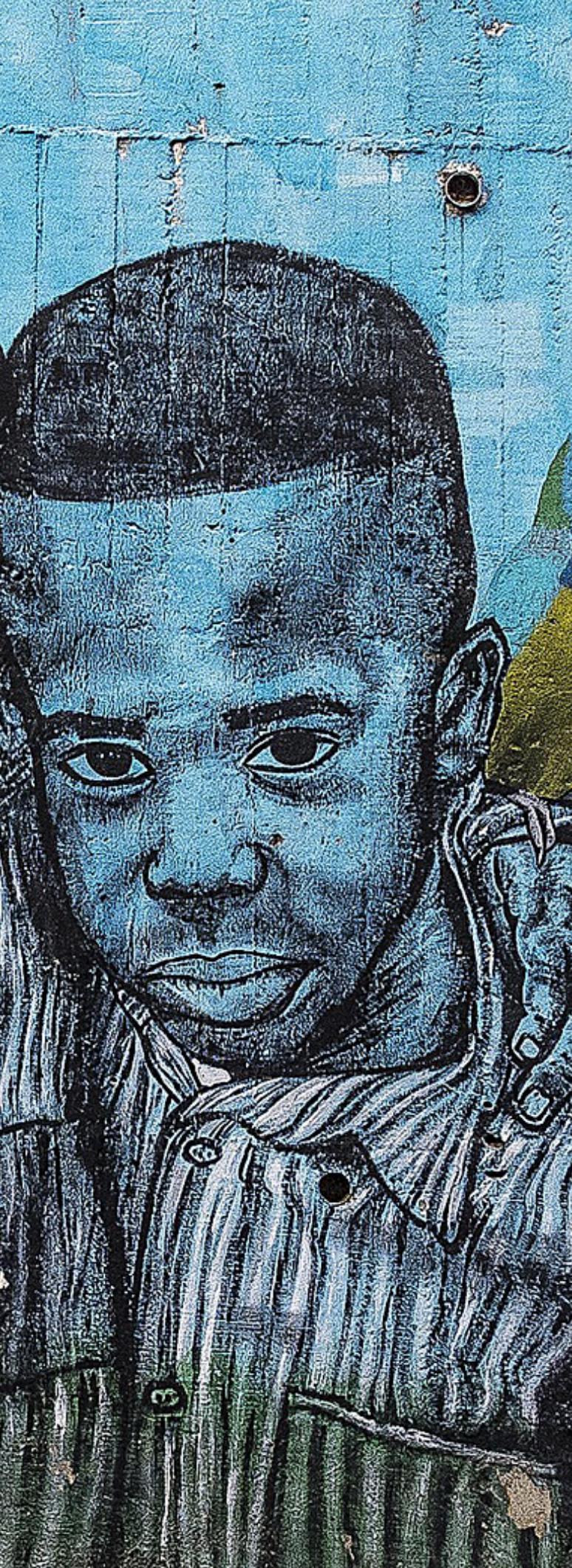
Este processo se agrava na última década por conta de políticas públicas de governos fundamentalistas político-religiosos, casos da Colômbia, do Peru e do Brasil, que dão caráter oficial a estas práticas.

Na Colômbia, indígenas e afrodescendentes sofrem com a violência e a falta de paz. O estabelecimento da ordem imposto pelo Estado por meio das armas arrasa territórios tradicionais para confrontar inimigos do Estado, como relatado na introdução deste texto. Estas ações governamentais negam a base da espiritualidade e têm demandado resistência espiritual. Os povos indígenas acabam se organizando para garantir seus territórios, fora da legitimação institucional e são classificados como “desordenados”. Isto porque estabelecem guardas autônomas para defender seus territórios, sem uso de armas de fogo, a fim de estabelecer outra ordem frente àquela imposta sob a lógica do preconceito. Há um processo com a Comissão da Verdade da Colômbia na criação da Comissão Interétnica (Afrodescendente-Indígena) da Verdade da Região do Pacífico, em 2019, com representantes das dez sub-regiões do Pacífico. Busca-se comprovar que o conflito armado em Colômbia provocou dano espiritual, dano ao território, negando a representação simbólica destes povos, o que resultou em alto número de suicídios de crianças e jovens indígenas (Adriel Ruiz, Jesus Alfonso Flórez Lopes, entrevista grupal; Comision para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición de Colômbia, <https://comisiondelaverdad.co/>).

No Peru, comunidades afrodescendentes sofrem intensamente com o racismo estrutural, com menor remuneração a trabalhadores, moradias inferiores nas periferias das cidades. Com o avanço da Covid-19, em 2020, tornou-se explicitado o des caso do Estado com estas comunidades, pois não contaram com atenção primária. No Peru, a Igreja Católica acaba ocupando, em algumas comunidades, o lugar do Estado no alívio do sofrimento (Luisa Bustamante, entrevista grupal).

No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro tem favorecido o desmatamento da Amazônia, onde habita grande parte da população indígena, e não reprime a ação de garimpeiros e mineradoras na invasão de terras indígenas. Este governo tem, ainda, dado espaço a missionários de agências evangélicas fundamentalistas para atuar em órgãos que cuidam dos direitos indígenas. No que diz respeito a afrodescendentes, o governo tem agido para reduzir o direito à terra e a assistência do Estado, o que favorece o interesse econômico privado sobre os territórios quilombolas, como referido acima. Jair Bolsonaro é crítico antigo das demarcações de





terras para indígenas e quilombolas. Em meio à campanha eleitoral, ele afirmou que, caso eleito, não demarcaria um centímetro a mais de reservas para essas duas comunidades. Na ocasião, ele disse que, no governo dele, “os índios seriam emancipados”. Em plena pandemia da Covid-19, o governo brasileiro vetou, em julho de 2020, uma série de medidas destinadas à saúde de povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais durante a pandemia do novo coronavírus (Bolsonaro..., 2020). Indígenas e afrodescendentes habitantes de quilombos, ficaram desprovidos de proteção territorial e sanitária, ampliação emergencial do apoio por profissionais de saúde, testagem rápida para casos suspeitos de Covid-19. Sem estes recursos, grupos humanos inteiros ficam à margem da sociedade, o que denota o descaso do Estado com o número de mortes decorrentes destas ações.

Ativistas que defendem os direitos das populações indígenas e afrodescendentes, em entrevistas grupais e grupos focais realizados por esta pesquisa, observam que economia, política e religião estão em integração no processo de destruição das comunidades tradicionais.

Estes/as ativistas relatam que, em comunidades tradicionais indígenas e afrodescendentes, as ações fundamentalistas promovem uma desarticulação de vida comunitária, coletiva, com desfazimento de laços de comunidade e estabelecimento de conflitos por conta das adesões religiosas distintas – quem mantém a religião tradicional, quem se fez católico, quem se converte às igrejas evangélicas. Com isso, grupos religiosos, com o apoio governamental, em casos como o do Brasil, em aldeias indígenas e quilombos, agenciam o extermínio de identidades de grupos étnicos, com o desmonte do que foi conquistado e construído de políticas públicas ao longo de décadas, com o apagamento de identidades plurais, de comunidades historicamente abandonadas pelo Estado (não têm água potável, hospital, educação básica). Busca-se romper com vínculos de ancestralidade e da cultura, rechaçar a sabedoria maturada, interromper a conexão com a terra e com o trabalho conjunto, comunitário, com a imposição da ideologia do empreendedorismo.

**Quilombos, “união”, na língua dos povos Bantus (região de Angola). Eram comunidades de refúgio para pessoas negras que fugiam da escravidão no Brasil colonial e abrigavam também indígenas e pessoas brancas marginalizadas. Foram fonte de resistência, desde os primórdios da escravidão, pela transformação da realidade cruel da escravidão. Vários Quilombos foram extintos pela repressão portuguesa mas muitos permanecem até os dias de hoje. Durante o governo do Presidente Lula, em 2003, foi assinado um decreto que regulamenta a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos a fim de cumprir o art. 68 da Constituição Federal.**

Nestes casos, há uma ação que conjuga a pregação religiosa da Teologia da Prosperidade, das missões em terras indígenas e das igrejas estabelecidas em territórios habitados por afrodescendentes, que alimenta a busca do sucesso individual por meio do empreendedorismo neoliberal, com ações de indiferença do Estado aos direitos destas populações tradicionais (Peru e Argentina) ou de intervenção destrutiva (Colômbia e Brasil).

Há o risco de extinção de povos tradicionais (migração, desterritorialização, suicídios, mortes por Covid-19), do empobrecimento e da miséria, ainda maiores, e da insegurança alimentar, acompanhados da morte das tradições ancestrais e culturais, em nome da conversão religiosa e da sobrevivência.

Ativistas observam ainda que a representação indígena e afrodescendente é mínima nos Parlamntos dos países priorizados na pesquisa FESUR, o que prejudica a defesa dessas populações nos espaços institucionais, ainda que haja presença de parlamentares alinhados com os direitos das populações tradicionais. Os parlamentos nos quatro países pesquisados, cada vez mais conservadores na representação, estão formados, de forma significativa, por políticos/as ligados/as ao agronegócio e a empresas que têm interesses econômicos nos territórios dos povos tradicionais. De igual modo, políticos/as vinculados/as a estes grupos ocupam cargos executivos, nos Gabinetes Ministeriais de temas estratégicos (agricultura, meio-ambiente, minorias sociais). É uma ofensiva política muito desigual, frente ao que ativistas das causas indígenas e afrodescendentes podem alcançar, e se soma às ações dos governos ultraconservadores neoliberais (Vitte, 2017).

### 2.1.5 Ações coordenadas

Pelas formas de atuação dos grupos fundamentalistas, identifica-se a formação de alianças de movimentos no continente, com campanhas e ações semelhantes e coordenadas que implicam ocupação das mídias sociais e das ruas. O movimento Com Meus Filhos Não Te Metas é um exemplo de como estas coalizões estabelecem articulações em nível regional, tendo sido iniciado no Peru e se expandido para a Argentina, o Chile, o Equador, o Paraguai, o México e o Uruguai com as mesmas palavras de ordem e a mesma estética.

Em outra frente, estão agentes e redes antigênero que atuam de forma articulada em âmbito regional, especialmente nos espaços da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, composto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH) (Moragas, 2020). O estudo de Mirta Moragas atribui esta articulação como decorrência de uma “secularização estratégica” (adoção de uma retórica secular a fim de diminuir o grau de dogmatismo) que tornou possível que forças antigênero vinculadas a igrejas cristãs amplifiquem suas vozes e camuflarem as motivações religiosas de ação. O conceito de “secularismo estratégico” foi cunhado por Juan Marco Vaggione para



fazer referência ao modo como os diversos setores religiosos têm adotado uma retórica secular para fazer referência às agendas feministas, de mulheres e LGBTQI+, a fim de diminuir o seu grau de dogmatismo. Sob este esquema, o secular e o religioso são pensados por estes atores como reflexo de uma mesma verdade que busca impactar sobre políticas sexuais nas democracias contemporâneas (Moragas, 2020, p. 19).

O discurso assumido pelos agentes e redes nas plataformas internacionais, que tomam a forma de ONGs, embasado na ciência e nos direitos humanos, lhes permitiu ocupar espaço amplo antes destinado exclusivamente a agentes seculares e Estados. Estes grupos têm dado protagonismo a mulheres e jovens.

Mirta Moragas lista as organizações que atuam de forma regionalizada nas questões anti-gênero com apoio a organizações locais de “defesa da vida”: Alliance Defending Freedom (ADF), de origem evangélica, criada em 1994, nos Estados Unidos; Human Life Internacional (HLI), criada em 1981, e International Human Rights Group, ambas de origem católica, dos Estados Unidos; Hazte Oír, de origem católica espanhola.

A partir das coalizões temáticas, criadas, em 2017, pela OEA, evangélicos/as criaram o “Congresso Evangélico Ibero-americano”, com versão no Brasil intitulada “Coalização Brasileira”. Em 2018, foi realizado o Congresso Ibero-americano pela Vida e a Família, no México, resultante destas articulações. O Fórum Jovem Pan-americano, inaugurado em 2015, em Buenos Aires, Argentina, é a articulação que envolve a juventude para a defesa da vida e da família. A liderança é da Frente Jovem (<https://www.frentejuven.org/>), com sede na Argentina e filiais no Peru, no Equador e no Paraguai, que atua na formação de jovens para incidência nacional e internacional. A segunda edição do Fórum Jovem Pan-americano foi realizada em 2017, em Lima, Peru.

## 2.1.6 Os temas do Estado laico e da liberdade religiosa

Grupos de ativistas, políticos e estudiosos críticos ao avanço das expressões fundamentalistas na América do Sul têm levantado frequentemente o tema da defesa do Estado Laico. Nesta compreensão, as incidências político-religiosas via poderes executivo, legislativo e judiciário, como indicadas até aqui, colocam a laicidade do Estado sob ameaça, desrespeitando-se princípios constitucionais (à exceção da Argentina que se define como um Estado confessional).

Estudos mostram que Estados laicos na América Sul, historicamente, não existem na sua totalidade, assim como não existem Estados totalmente democráticos (Duarte, 2019). Os Estados na América do Sul não nasceram laicos, não são totalmente laicos e vivem um processo de laicização. Os cristianismos nunca se fizeram parte da sociedade, mas sempre se colocaram amplamente como a única verdade que liberta e caracteriza os povos.

Com as características dos fundamentalismos que se expressam na região nas últimas décadas, descritas neste texto, observa-se que, apesar de serem vistos por críticos como ameaça ao Estado laico, estes grupos não o negam. Pelo contrário, ressignificam a noção de laicidade do Estado e a agenda de direitos individuais e humanos e advogam sua ação nas bases do Estado laico e da liberdade de religião que o caracteriza. A alegação é que o Estado laico não é Estado ateu e que cristãos/ãs são cidadãos/ãs e têm direito de atuar política e socialmente conforme a sua natureza que é cristã (Andréa Silveira, entrevista).

Isto tem relação com a “secularização estratégica”, mencionada acima, que permite que as forças fundamentalistas antidireitos ampliem e diversifiquem suas vozes e eliminem as tensões inter-religiosas. O novo discurso é ancorado na ciência e nos direitos humanos e suas plataformas internacionais, o que permite aos grupos disputarem um espaço mais amplo com agentes seculares e Estados laicos. A atuação dos grupos fundamentalistas nos espaços da OEA, descritos no item anterior, reflete isto. Os discursos e argumentos que apresentam são embasados

em uma interpretação restritiva de instrumentos internacionais de direitos humanos, mas os tomam em conta. Vários deles recorrem ao “direito natural” para promover uma nova abordagem sobre os direitos humanos.

Por isso, há várias estratégias de ocupação de espaços na OEA e na ONU por grupos fundamentalistas, por meio de cargos públicos conquistados em governos conservadores, para a disputa deste discurso. A nomeação do católico conservador Alejandro Ordonéz, como embaixador da Colômbia na OEA, e da pastora evangélica Damares Alves, como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Brasil, com atuação na ONU, são exemplos de como esta “secularização estratégica” se manifesta na América do Sul.

No entanto, o Conselho de Direitos Humanos da ONU está atento a estes movimentos político-religiosos em suas ações de restrição a direitos. Em março de 2020, o Conselho publicou o “Relatório do Relator Especial sobre Liberdade de Religião ou Credo” que trata da violência e da discriminação de gênero em nome da religião ou crença (Report..., 2020). O informe reconhece que em vários Estados do mundo, os preceitos religiosos embasam leis e práticas que constituem violações do direito de não discriminação de mulheres, meninas e LGBTQI+. Afirma também que em outros Estados, reivindicações de liberdade religiosa estão sendo usadas para reverter e buscar isenções às leis que protegem contra a violência e a discriminação de gênero.

O Relator Especial Ahmed Shaheed oferece casos emblemáticos de ambos os fenômenos e seu impacto na igualdade de gênero e na liberdade de religião ou crença em todo o mundo. Nas consultas realizadas na América Latina, foi afirmado que decretos religiosos discriminatórios informam leis e políticas que restringem os direitos sexuais e reprodutivos na região, incluindo, entre outras, proibições parciais ou totais ao acesso ao aborto e contracepção, proibições de assistência em tecnologias reprodutivas e cirurgia de redesignação de gênero e limites à provisão de educação em sexualidade baseada em evidências.

O Relatório destaca que quatro Estados da região impuseram proibições completas ao aborto, em dois Estados, mulheres e meninas podem ser processadas por abortar a gravidez e que limitações em outros países limitaram seriamente o acesso das mulheres ao aborto em circunstâncias nas quais negá-lo causou um sofrimento sério. Três quartos do total de abortos na região são declaradamente inseguros devido a impedimentos legais ao acesso seguro, resultando em altas taxas de mortalidade materna evitável na Argentina, na Venezuela, no Brasil, no Paraguai, no Peru e na Bolívia.

Consultas na América Latina, segundo o Relator Especial, revelaram que os programas de educação em saúde sexual e reprodutiva haviam sido restringidos no Brasil, no Chile, na Colômbia, no Equador e no Paraguai, após pressão de grupos religiosos. Outro exemplo é uma campanha de grupos religiosos contra a Opinião Consultiva da CIDH sobre Identidade, Igualdade e Não Discriminação de Gênero, caracterizando “ideologia de gênero” como “contra a natureza humana” e encorajando explicitamente a discriminação contra indivíduos LGBTQI+.

O Relatório Especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU também expressa profunda preocupação com o aumento das campanhas políticas e religiosas que reivindicam a liberdade religiosa para buscar o retrocesso dos direitos humanos que são fundamentais para a igualdade de gênero, tanto em nível nacional quanto internacional. Por isso, o informe afirma a liberdade de religião ou crença e a não discriminação como dois direitos que se reforçam mutuamente e esclarece a estrutura legal internacional existente que governa sua interseção. O informe conclui enfatizando a responsabilidade dos Estados em criar ambientes propícios para promover a não discriminação e a liberdade de religião dos direitos de crença de mulheres, meninas e pessoas LGBTQI+.

Em reação, a ministra dos Direitos Humanos do Brasil Damares Alves, em entrevista na ONU, destacou o “papel das igrejas na nação”. Ela insistiu na “defesa da vida”, uma forma encontrada para declarar a oposição do governo brasileiro a qualquer brecha que pudesse ser aberta em resoluções

internacionais para o aborto. O governo brasileiro tem adotado uma postura que vem surpreendendo delegações estrangeiras na ONU. Em projetos de resolução na ONU, o governo tem alertado que não aceitaria referências a termos como educação sexual ou direitos reprodutivos (Chade, 2020).

## 2.2 Novos movimentos fundamentalistas dos Estados Unidos na América do Sul

A entrada dos novos movimentos fundamentalistas dos Estados Unidos na América do Sul, se dá com força a partir dos anos 1990 com os reformistas, e dos anos 2010 com os reconstrucionistas. O avanço das democracias pós-ditaduras, com governos considerados de esquerda, implementadores de políticas referentes aos direitos humanos e sexuais, estimularam ações reformistas e reconstrucionistas, tomando a forma de antimovimentos. Com a onda conservadora dos anos 2010, já descrita na introdução deste texto, novas articulações fundamentalistas ficam mais evidentes, nesse momento aparecendo como soldados de uma “guerra cultural” ou uma guerra ao “marxismo cultural”, termo que passa a ser amplamente utilizado por líderes religiosos e políticos conservadores, no debate de pautas como educação e direitos sexuais.

### 2.2.1 Teologia do Domínio

Em entrevista para a pesquisa FESUR, José Luis Guadalupe afirma: “A linha fundamentalista mais clara na América do Sul é a teologia do domínio (nações devem ser governadas por cristãos/ãs e pelos princípios bíblicos) entre pentecostais, especialmente. Esta tendência exerce influência entre evangélicos que não são pentecostais, é sedutora e tem alimentado discursos político-religiosos em processos eleitorais e em articulações de governos conservadores”.

Isto não envolve “um interesse puramente político, mas a compreensão de que a atuação política é missão religiosa de Deus. A diferença com agentes históricos do mundo da política é que estes estão acostumados a negociar, a ceder, a fazer alianças. Alguns agentes religiosos se colocam neste cenário com agenda sagrada inegociável” (William Beltrán, entrevista). Movimentos como “Com meus filhos não te metam” que se opõem a políticas educacionais na Colômbia e no Peru e Argentina e o projeto Escola Sem Partido, mais as propostas de *homeschooling* no governo do Brasil, com Jair Bolsonaro, demonstram a força do fundamentalismo reconstrucionista no continente. “Os reconstrucionistas defendem também a ocupação cristã do legislativo e do judiciário, a partir da lógica: ‘precisamos de leis nas quais acreditamos e de julgamentos pelo que acreditamos’” (Andréa Silveira, entrevista).

**A educação domiciliar ou *homeschooling* é a substituição integral da frequência à escola pela educação doméstica, onde a responsabilidade pela educação formal dos filhos é atribuída aos próprios pais ou responsáveis. A criança ou adolescente não frequenta uma instituição de ensino, seja ela pública ou particular. Esta proposta é antiga e já é aplicada por muitas famílias em várias partes do mundo. Grupos fundamentalistas recolocam o tema na pauta das políticas públicas para a educação quando relacionam as escolas a uma guerra cultural, posicionando-se contra a “doutrinação marxista” e a educação sexual para a homossexualidade e o aborto. Um exemplo é o projeto de *homeschooling*, lançado por um dos líderes do Tea Party (fundado em 2004, nas bases da Teologia do Domínio), candidato à Presidência dos EUA, Ronald Ernst Paul, em 2013, “o Ron Paul Curriculum”. A nomeação da republicana reconstrucionista Betsy Dee DeVos, como Secretária de Educação dos Estados Unidos, por Donald Trump, em 2016, ilustra a força que o fundamentalismo tem no presente político daquele país. O governo do Brasil tem desenvolvido projetos nesta área. Estudos indicam que o *homeschooling* fornece um ambiente educacional ideal para apoiar vários princípios fundamentalistas: resistência à cultura contemporânea; suspeita contra autoridade institucional e experiência profissional; controle parental e centralidade da família; e entrelaçamento entre fé e academia (Ver Kunzman, 2010).**

Nesta linha está o “Capitol Ministries” [Ministério do Capitólio] (<https://capmin.org/>), fundado em 1996 para acompanhamento religioso do corpo político da Califórnia, por Ralph Drollinger, um ex-jogador de basquete que se converteu ao Cristianismo, estudou teologia e tornou o pastor deste

ministério. O objetivo do Capitol Ministries é “evangelizar líderes políticos eleitos e indicados para que alcancem maturidade em Cristo”. A base, de acordo com os estudos oferecidos, é uma visão evangélica alinhada com a ultradireita americana. “Sem essa orientação, é bem mais difícil chegar a políticas públicas que satisfaçam a Deus e sejam benéficas ao progresso da nação”, conforme Drollinger afirma em um dos estudos que oferece (Drollinger, 2019).

Em 2010, Drollinger deu dimensão nacional ao ministério, alcançando o governo federal, com o primeiro ciclo de estudos realizados em Washington. Em 2015 um plano de estudos foi criado para Senadores e, em 2017, foi criado um ministério especial para os membros do alto escalão do governo de Donald Trump, com encontros semanais. Rollinger se orgulha em dizer que é a “primeira realização deste tipo em mais de 100 anos” (Capitol Ministries, <https://capmin.org/>)

## TEOLOGIA DO DOMÍNIO



Com o apoio do governo Trump, o Capitol Ministries criou “o discipulado de estudos bíblicos para líderes políticos” de 24 países de quatro continentes, com a meta de criar, em longo prazo, 200 ministérios em 200 países. Na América Latina, abriu filiais no Brasil, na Costa Rica, no Equador, em Honduras, no México, no Paraguai, no Peru, no Uruguai, sob a direção do Diretor Global para a América Latina Oscar Zamora, em ação desde 2017, e coordenadores locais nomeados. Zamora, um pastor neopentecostal peruano que estudou teologia no West Coast Christian College, na Califórnia, afirmou que “era como se os líderes das nações latinas estivessem prontos para receber a Palavra de Deus se estivessem apenas esperando pelo Capitol Ministries para mostrar-lhes o caminho” (Capitol Ministries, <https://capmin.org/>). O livro de Ralph Drollinger “Rebuilding America: The Biblical Blueprint” [Reconstruindo a América: o plano bíblico] foi traduzido para o espanhol e português sob o novo título “Reconstruindo uma nação”.

Ralph Drollinger oferece conteúdos característicos do fundamentalismo estadunidense e se apresenta como anti-LGBTQI+, antidireitos das mulheres, anti-imigração (com apoio à separação de famílias na fronteira dos Estados Unidos), nega as mudanças climáticas, declara o Catolicismo como as “uma das principais falsas religiões do mundo” (Schwartz, 2019). Em março de 2020, gerou controvérsia ao publicar texto no site do Capitol Ministries em que associa a pandemia de coronavírus com homossexualidade, ambientalismo e o castigo de Deus (Drollinger, 2020; Scott, 2020).

### 2.2.2 Guerra cultural

O fundamentalismo reformista também encontrou bases na América do Sul, com os grupos que trabalham com produção artística, literatura, intelectualidade, voltados para o discurso religioso.

O Instituto L'Abri (<http://labri.org/>) tem filial no Brasil, desde 2008, oferecendo formação para jovens, “legitimando a pressuposição da dominação divina, de uma sociedade com valores cristãos, por meio de discurso racionalista, intelectualizado, não simplista. O L'Abri atrai uma faixa da juventude universitária pois constrói sua imagem como um instituto cristão sofisticado” (Andréa Silveira, entrevista).

O diretor do L'Abri Brasil, pastor da Igreja Esperança Guilherme de Carvalho, foi nomeado, em 2019, Diretor de Promoção e Educação em Direitos Humanos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro. Guilherme de Carvalho se apresenta como intelectual neocalvinista “mestrados em teologia e Ciências da Religião” e professor de teologia, e é um dos fundadores da Associação Brasileira Cristãos na Ciência, mantendo a tendência reformista neocalvinista, já descrita neste texto. Em março de 2020, o pastor deixou o governo Bolsonaro, alegando que “a presidência e seu núcleo ideológico não apresentam a capacidade de representar valores cristãos no mundo público” (Carvalho, n.d.).

O movimento cultural gospel, a partir dos anos 1990 na América Latina, também é um veículo importante da ideologia reformista. Além de oferecer conteúdo doutrinário pela música, os shows gospel oferecem pregações religiosas e vários cantores e grupos musicais têm seus espaços de educação religiosa. Nesse período também se observa um crescimento da distribuição de livros e filmes de conteúdo evangélico. Um exemplo é o livro “A Cabana”, de origem canadense, de 2007, publicado em português e espanhol, em 2008, e lançado em filme em 2017, na América do Sul. Unindo música e formação religiosa, a cultura gospel exerce significativo papel na disseminação das teologias da prosperidade e da guerra espiritual e extrapola fronteiras religiosas, conquistando espaços laicos, por meio das mídias de entretenimento (TV, cinema, shows musicais).

O movimento cultural mais recente dos Estados Unidos aportado na América do Sul é o “The Send”. Projeto do “The Call Ministries” [Ministério O Chamado] (<https://www.thecallannouncement.com/>), criado em 2001, pelo evangelista Lou Engle, fundador da International House of Prayer [Casa Internacional de Oração]. O The Call é uma série de eventos de avivamento espiritual, realizados



para jovens em estádios, com shows musicais, orações e pregações religiosas com foco em questões morais. Os eventos de Engle reúnem centenas de milhares de pessoas com participantes de vários países. Permeado por discursos políticos de direita, o The Call alcançou simpatia da Direita Cristã. Matéria jornalística de 2010, classificou Lou Engle como “líder de oração não oficial do Partido Republicano”. Engle ganhou destaque também tendo sido retratado em três produções religiosas na forma de filme.

O The Call agregou grupos evangélicos de diversos países, em 2019, com o objetivo de expandir sua atuação para “reevangelizar a América”, cumprindo a missão dada por Jesus Cristo, com a exportação da experiência estadunidense. O The Call foi, então, extinto, para dar lugar a projeto mais amplo: o “Lou Eagle Ministries” (<https://louengle.com/>), com foco em alunos de universidades e escolas, considerados dois campos missionários, somados a outros dois: famílias e nações. O projeto conta com o apoio das organizações dos Estados Unidos Youth With a Mission (YWAM) [Jovens com Uma Missão – JOCUM] (<https://www.ywam.org>), fundada em 1960; da Lifestyle Christianity (<https://lifestylechristianity.com>), organização criada em 2014 pelo evangelista Todd White; e Christ for All Nations (<https://cfan.org>), organização evangelística criada em 1974 para atuar inicialmente na África e depois passou a realizar o que denomina “cruzadas” (eventos de massa) pelo mundo.

Como atividade do Lou Engle Ministries, foi realizado, em 2020, o The Send [o Envio] Brasil (<https://thesend.org.br>), em 8 de fevereiro, em três estádios de futebol lotados (dois em São Paulo e um em Brasília), com venda de ingressos com baixo custo e inscrições on line. Os eventos, com 12 horas de duração, foram organizados com o apoio do Dunamis Movement, um movimento brasileiro paraeclesialístico originado da JOCUM, cujo alvo é a juventude (<https://dunamismovement.com/>). Caracterizado por rica infraestrutura, o The Send Brasil teve mescla de apresentações musicais dos Estados Unidos e das mais destacadas do gospel do Brasil, com pregações religiosas de personagens estadunidenses e de evangélicos/as conservadores/as brasileiros/as. O evento de Brasília contou com as presenças do Presidente Jair Bolsonaro e da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, a Pastora Damares Alves, o que afirmou o caráter e a linha político do projeto.

Havia um evento The Send programado para a Argentina (<https://thesend.com.ar>), em 25 de abril de 2020, no Estádio José Amalfitani, em Buenos Aires. Com as medidas preventivas contra a Covid-19, o evento foi adiado para 2021, mas o The Send Brasil realizou um evento on line na data, pelo Youtube, no Canal Dunamis Movement, com 12 horas de duração, com o mesmo tipo de programação realizada nos estádios com cantores e pregadores dos Estados Unidos e do Brasil. Até a data de conclusão deste texto, o vídeo havia sido assistido por três milhões de pessoas.

Todas as organizações que apoiam o The Send têm escolas de formação cristã e para missionários jovens e oferecem conteúdo on line. O The Send também está organizando suas próprias escolas para os jovens sul-americanos. Por meio das inscrições para os eventos, foi criada uma mala-direta de milhares de contatos por meio de um aplicativo The Send.



### 2.2.3 Missão entre indígenas

Os povos indígenas da América do Sul sempre foram alvo das centenas de agências de missão identificadas como fundamentalistas dos Estados Unidos, que têm missionários espalhados por 192 países, sendo 33% atuantes na América Latina, o maior número, segundo dados do final dos anos 1990 (Bersher, 2001).

Uma destas agências é a “New Tribes Mission” [Missão Novas Tribos - MNT], fundada em 1942, nos Estados Unidos, que, em 2017, mudou de identidade, transformando-se na “Ethnos 360°” (Andréa Silveira, entrevista). É considerada um dos grupos fundamentalistas mais extremos (Bersher, 2001), acreditando que a segunda vinda de Cristo só ocorrerá quando a última tribo da terra for alcançada pelo Evangelho. Já no ano de fundação, a MNT entrou na Bolívia, na Colômbia, em 1945, no Brasil, em 1951, no Paraguai, em 1952 e na Venezuela, em 1953, dedicando mais ações com povos isolados (Becerra, 2015).

A MNT tem sido acusada de crimes étnicos nos vários países do continente. Na Venezuela a MNT foi acusada de explorar indígenas e foi expulsa do país, em 2005. No Paraguai, a MNT foi acusada de colaborar com a ditadura de Alfredo Stroessner e de praticar etnocídio contra os indígenas Ayoreos, que foram sedentarizados à força, tiveram seus cabelos cortados, forçados a renunciar a suas crenças, forçados a viver e a trabalhar nos assentamentos missionários, vestindo roupas “ocidentais”. Algumas mortes ocorreram neste processo (Blunt, 2019).

No Brasil, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão governamental que cuida da aplicação das políticas indigenistas, já retirou a MNT de áreas indígenas por conta de acusações de abusos. Há vários processos judiciais contra ela e, em 1991, a Suprema Corte do país banuiu a agência da aldeia Zo'é.

A nova organização Ethnos 360°, uma reconstrução da imagem controversa construída, dá continuidade ao trabalho da MNT e mantém bases no Brasil, na Colômbia e na Bolívia. A força que a agência mantém foi ressaltada no Brasil, em 2020, quando um de seus ex-missionários, o antropólogo Ricardo Lopes Dias, foi nomeado pelo Presidente Jair Bolsonaro para comandar a Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da FUNAI.

A JOCUM, já citada neste texto, também atua entre povos indígenas na América do Sul, na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela. A organização tem sido alvo de processos judiciais no Brasil por violações de direitos indígenas, como já citado.



## 3 Possíveis estratégias de resposta

A exposição dos resultados da pesquisa até este ponto indica que a hipótese de pesquisa se revela comprovada: existe um padrão de ação sistemático desenvolvido por fundamentalismos político-religiosos na América do Sul, resultante de uma estratégia que ameaça e busca controlar as democracias na região. A pesquisa também corroborou que esse padrão de ação afeta diretamente o exercício dos defensores dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, reduz o ambiente ou o espaço propício para a sociedade civil na região e desafia as respostas desenvolvidas pelos OBFs e igrejas vinculadas à ACT Aliança.

Portanto, esta parte do texto passa a apresentar o relevante aspecto ressaltado na metodologia empírica da pesquisa: a análise das entrevistas da pesquisa FESUR com especialistas, os grupos focais e as entrevistas grupais com ativistas de direitos humanos. Ela oferece reflexões e descreve experiências apresentadas ao FESUR, a organizações e movimentos parceiros, como possíveis estratégias de resposta a esta realidade dos fundamentalismos político-religiosos aqui exposta. Uma síntese deste conteúdo coletado, refinada a partir das reflexões compartilhadas no Seminário Internacional Fundamentalismos, Democracia e Direitos Humanos, realizado pelo FESUR, é, então, apresentada nos dez pontos a seguir.

### 3.1 Autocrítica necessária

Um ponto de partida indicado é a relevância de uma autocrítica dos grupos que atuam em defesa da justiça, da paz e dos direitos humanos, considerados progressistas, ecumênicos, ou perfil similar, que se colocam em oposição ao avanço dos fundamentalismos. Reconhece-se que estes grupos subestimaram a emergência destes novos fundamentalismos, generalizaram suas proposições e perfis, não prestaram a atenção devida à complexidade e capacidade de articulação deles, não os viram como ameaça e quando ela se configura concretamente, buscam uma reação sem uma compreensão mais apurada da situação.

Há o alerta de que o discurso sobre o fundamentalismo provém de subjetividades que não se julgam fundamentalistas e com isso essas pessoas e grupos definem o fundamentalismo pejorativamente, como uma acusação a evangélicos/as pentecostais ou a católicos/as, assim como se faz com o islã na Europa e nos Estados Unidos. A intolerância e o fanatismo que podem manifestar-se nos fundamentalismos, também estão presentes na mentalidade e ações dos grupos políticos de esquerda e de centro. Há certa dificuldade de se tratar de questões identitárias oriundas e protagonizadas pelos movimentos feminista, LGBTQI+, indígena e negro, cujas visões e posturas pouca dialógicas de certos grupos envolvidos acabam dividindo o mundo em muitos fragmentos, polarizam e criam conflitos que poderiam ser evitados. Entre grupos progressistas não religiosos há o preconceito contra ativistas religiosos, como se todos fossem fundamentalistas. Por estas posturas, acaba-se reproduzindo autoritarismos e posse de verdades.

Soma-se a esta dimensão a necessidade de revisão de políticas, da parte das organizações parceiras do Norte (agências de cooperação internacional), que assumiram estratégias, nas últimas décadas, de redução ou eliminação de financiamento de projetos teológicos alternativos que permitiriam uma disputa narrativa e a formação de lideranças católicas e evangélicas que se opusessem ao avanço dos fundamentalismos.

Ainda como autocrítica, ativistas mulheres ouvidas pela pesquisa alertam que é urgente reconhecer que nem todas as organizações de ACT Aliança assumem políticas de justiça de gênero e, por vezes, se alinham com a cosmovisão conservadora sobre o papel das mulheres, terminando por reforçar a desigualdade de gênero. Por conta disso, frequentemente, torna-se muito difícil conciliar e promover uma agenda comum com organizações feministas não-religiosas, quando as organizações de ACT Aliança trilham caminhos diferentes neste sentido, são fragmentadas.



skeeze

### ***Fortalecimento de ações institucionais e alianças regionais***

Uma estratégia decorrente da autocrítica deve ser o fortalecimento das alianças e articulações regionais para superação da fragmentação de ações. Isto pode se dar com o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas comuns às distintas organizações, mantidas as atividades próprias, programadas a partir desse eixo comum, com conteúdo teológico preciso e diálogo aberto com setores não religiosos, levando-se em conta a diversidade cultural e dos idiomas da região.

O FESUR deve contribuir para isto como espaço que torna possível a visualização e a incidência das ações locais. Os fóruns de ACT Aliança em cada país devem ser também mais intensamente articulados à luz da experiência regional. Nesse sentido, o FESUR pode atuar no levantamento dos dons e das especificidades de cada organização, para que haja compartilhamento de esforços, evitando-se duplicações que geram desperdício de recursos humanos e financeiros.

As OBFs de ACT Aliança podem ainda atuar na recriação de um espaço ecumênico regional, com vistas à superação do processo de crise do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI). Nesta reconstrução, levar em conta a ampliação de redes, uma vez que o movimento ecumênico é maior do que a dimensão confessional das igrejas históricas e de seus organismos. Isto significa dar importância ao equilíbrio e à integração de agentes do movimento ecumênico e dar visibilidade ao que está sendo realizado por diferentes redes ecumênicas nacionais e regionais, tornando possível mais articulação de ACT com estes espaços. Um exemplo é a Rede Ecumênica pelos Direitos Humanos e pelo Estado Laico que está em processo de formação, dentre outras múltiplas redes de mulheres, de comunidades tradicionais, de jovens, de ambientalistas.

Torna-se também relevante estabelecer novos espaços de intercâmbio Norte-Sul Global, que envolva agências de cooperação e contrapartes em toda a região. Nesta direção, importa fortalecer a presença de ACT Aliança em plataformas regionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

No que diz respeito à Organização das Nações Unidas (ONU), importa analisar quais são os processos de incidência global que contribuem para esforços locais, nos quais ACT Aliança deve se inserir. São dois caminhos: (1) o Secretariado-Geral e as agências da ONU.; (2) a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança. É preciso socializar informação e proporcionar evidência nestes espaços.

Ainda sobre o ONU, são necessárias ações de construção de pontes de narrativas, uma vez que o foco está direcionado para o papel do Vaticano e não em igrejas evangélicas. A relação com a Igreja Católica é tema relevante, neste aspecto, pois estas pontes de narrativas podem contribuir para a superação de barreiras em torno de agendas, como a de gênero, levando-se em conta outras pautas de direitos humanos, em que a força do Catolicismo é proeminente.

### 3.2 Compreender mais adequadamente o papel da religião e a relação dela com a sociedade

A partir da autocrítica, é importante refletir sobre o papel da religião na realidade sul-americana. Identificar com atenção qual tem sido o lugar da religião no cotidiano, na cultura e não só na política. Admitir que não há um papel apenas, são papéis plurais da religião. É preciso atentar a ambiguidade destes papéis. É imprescindível assumir que as religiões, não só o Cristianismo, têm uma função de sustentação da vida na região. Esta sustentação da vida foi percebida de maneira estrondosa, nos últimos tempos, como algo também rentável economicamente, por todos os grupos religiosos. A multiplicidade de templos, movimentos e mídias dentro das igrejas é econômica e simbolicamente rentável. Gera alegria ter adeptos, ter gente que escuta os discursos produzidos (Ivone Gebara, entrevista).

As organizações do FESUR devem estabelecer redes entre grupos ecumênicos, religiosos e movimentos e organismos sociais que compartilhem agendas de defesa dos direitos humanos, sexuais, reprodutivos e ambientais, incluídas pessoas e grupos do Norte Global. É preciso ainda mapear, articular e influir nas agendas do Norte, em especial dos Estados Unidos e da Europa, reconstruindo o protagonismo que a América Latina já alcançou em décadas passadas.

Deve-se ainda construir relações com os Estados, com organizações da sociedade civil e com parte do setor privado que também está frustrado com a crise do multilateralismo e impulsiona políticas específicas.

Nesse sentido, a experiência dos “Diálogos Difíceis e Improváveis” [Diálogos Difíceis e Improváveis], da Colômbia, com encontros periódicos para diálogo entre grupos feministas, LGBTQI+ e lideranças de igrejas são experiência importante. Assim como as mesas de diálogo em nível latino-americano com grupos diversos de mulheres, religiosos e não religiosos, que a Comunidade de Prática (CoP) de Justiça de Gênero da ACT na América Latina e no Caribe tem estado envolvida. Estas ações devem ser visibilizadas e reforçadas e servir de inspiração para a construção de relações como os diferentes grupos descritos acima.

#### Diálogos Difíceis e Improváveis

**Esta metodologia é baseada na formulação do acadêmico estadunidense John Paol Lederach, especialista em mediação de conflitos, consultor da equipe do escritório do Alto Comissário para a Paz da ONU, os “diálogos improváveis”. O acadêmico trabalhou na Colômbia com movimentos sociais e populações que sofreram o impacto do conflito armado interno e assessorou a Comissão da Verdade instaurada em 2017 no país (Los ‘Diálogos’... , 2018). São conversas entre pessoas e grupos diferentes em contextos polarizados, a fim de encontrar uma estratégia comum para alcançar transformações a longo prazo. São diálogos em sociedades divididas e em transição.**

### 3.3 Retomar formação para o pensamento crítico

A partir destas bases, é destacadamente apontada a necessidade de as igrejas e OBFs retomarem ações de desenvolvimento do pensamento crítico, que tanto enfatizaram nos anos 1980. Priorizar as bases, o trabalho comunitário. Retomar a formação da consciência crítica. Isto demanda educação, aprender a escutar e propor mudanças. Implica também trabalhar com a memória e a história dos grupos religiosos e dos movimentos sociais e seus efeitos sobre o presente. Memória que deve ser recuperada e ressignificada. Se grupos fundamentalistas estão formando para a “religião capitalista”, importa retomar a formação comunitária crítica a este sistema, revisando a agenda dos Direitos Humanos e da democracia participativa.

Neste ponto é importante a retomada dos programas de educação popular, com espaços de formação e de comunicação alternativa ressignificados em possíveis ações presenciais (cursos, debates, rodas de conversa) e digitais (produção e circulação de conteúdo em mídias sociais).

Um desafio é a criação de novos programas de leitura popular da Bíblia contextualizada e ecumênica, colocando as Escrituras Sagradas cristãs no centro de projetos de formação de lideranças cristãs que superem a lógica dos fundamentalismos no manejo do texto bíblico.

No tocante à crítica às novas investidas neoliberais na lógica dos fundamentalismos político-religiosos, é importante dar visibilidade à economia refletida sob o olhar feminista, a economia solidária. Visibilizar práticas vivenciadas em cooperativas de mulheres e outras experiências espalhadas pela América do Sul, muitas vezes invisíveis. Ressaltar espaços em que a economia seja solidária, em que o mercado seja experimentado em misto de cultura popular, alternativa, alta. O ressaltar o diferente é uma das melhores formas de enfrentamento dos fundamentalismos homogeneizantes.

### 3.4 Desnudar o campo conservador e os fundamentalismos

É importante neste processo, segundo especialistas e ativistas ouvidos pela pesquisa, desnudar o campo conservador pelo que ele é – pelas aspirações de supremacia e não de hegemonia. Ter claro o que são os fundamentalismos e o que fazem, pesquisar como a sua máquina funciona: história, grupos envolvidos, alianças e financiamento, para se ter noção exata de com quem se está lidando.

Por este viés, compreender a seriedade da polarização imposta pelos fundamentalismos e recompor suas forças. Identificar com quem se pode dialogar para a construção de um campo alternativo e com quem não há diálogo.

A criação de um banco de dados com estas informações é fundamental para orientar futuras ações das OBFs e igrejas vinculadas à ACT Aliança – algumas delas emergidas desta pesquisa FE-SUR, de outras de pesquisas como a do Observatorio de Sexualidad y Política (SPW) aqui citada, e ainda de possíveis pesquisas ligadas a universidades e institutos de pesquisa, com as quais são imprescindíveis parcerias em torno da temática. Neste ponto, não se pode deixar de identificar quais são as continuidades históricas e quais são os elementos novos.

Esta é uma tarefa a ser realizada em nível local pelas OBFs e igrejas ligadas à ACT Aliança, em cada país priorizado na pesquisa, e deve ser compartilhada tornando interações regionais possíveis.

Considerar uma parceria específica com professores e professoras das escolas de nível fundamental e médio é relevante. As escolas têm sido alvo das ações fundamentalistas e a criação de pânico moral atinge o papel dos educadores e educadoras como “doutrinadores” e “pervertidos sexuais”.

O que chamam de doutrinação não é a doutrinação que a escola sempre fez. A abordagem crítica ao racismo, ao sexismo à homofobia é que são chamadas doutrinação pelos grupos fundamentalistas. Não se deve abandonar o que já se faz na escola, pelo contrário, dialogar com educadores e educadoras e construir discursos comuns em torno de outros horizontes, não o discurso genérico da democracia, do papel das instituições – ele é muito vago. Quem critica as escolas não conhecem as escolas e o que lá é feito. A crítica à “escola que doutrina” não pode ser sempre defensiva, precisa ser proativa, trazendo a comunidade junto com movimentos sociais, OBFs e igrejas para compreender as escolas e também seus os velhos problemas. Junto com professores e professoras, denunciar as falácias que promovem o que se chama de “ideologia de gênero” em diálogos com estudantes e famílias (Rogério Junqueira, entrevista).

No campo das políticas públicas e da legislação, é imprescindível estabelecer parcerias com movimentos, articulações e ONGs de advogados e juristas que atuam pela democracia e por garantias

e ampliação de direitos para a realização de ações nos parlamentos. Nesse sentido, a partir do mapeamento de pautas fundamentalistas, a ser indicado no banco de dados, estabelecer estratégias proativas de enfrentamento delas com ações conjuntas.

Com isso, não cair na armadilha de apenas reagir aos discursos de pânico moral e de ódio. Conhecer o discurso do outro e estratégias retóricas e denunciar como o discurso opera. Fugir do reducionismo de se atrelar fundamentalismos a pentecostalismos e atentar para as subjetividades, para o papel delas como base da ação social dos fundamentalismos político-religiosos. As crises e o sentimento de impotência são trabalhados por aí. Importa recuperar a confiança em si mesmos e no papel dos movimentos sociais e a credibilidade de que os processos sociais dependem da criatividade humana.

### **3.5 Compreender e atuar mais profundamente diante da complexidade das demandas sociais**

Construir deste ponto uma compreensão mais profunda de quais são as demandas específicas da sociedade e a relação da demanda da sociedade com o religioso. Compreender quais são as condições que tornam possíveis os fundamentalismos e entender o que gera espaço para os movimentos insurgentes e movimentos populares pacíficos. As greves de 2019 na Colômbia, os movimentos antissistema do Peru e da Argentina são experiências que indicam potência e resgataram o que estava perdido, principalmente entre jovens, mulheres e indígenas. É preciso trabalhar e visibilizar esta potência com as parcerias e ações conjuntas indicadas acima.

Para isto, refletir a compreensão de como as subjetividades coletivas e da fé operam. Movimentos sociais e ONGs precisam dar atenção à subjetividade dos grupos com quem trabalham, o que significa ouvir esses grupos, suas necessidades, aspirações, desejos. Processos de audição podem ser estabelecidos com entrevistas grupais e grupos focais para ouvir estes aspectos e também o que esperam de ações das OBFs e igrejas.

Na atenção a territórios de comunidades pobres, de povos originários e de afrodescendentes, onde há intensa presença de igrejas fundamentalistas, considerar as questões do narcotráfico e do tráfico de pessoas como demandas relevantes para ação. De igual modo, os temas da corrupção e da impunidade devem ser incluídos entre as demandas sociais da região.

No tocante às demandas de gênero, em especial a dos direitos sexuais e reprodutivos e as da violência e violações que mulheres, meninas e a comunidade LGBTQI+ incessantemente sofrem, alvos intensos dos fundamentalismos político-religiosos, a iniciativa de ACT na América Latina e no Caribe com a formação da Comunidade de Prática (CoP) de Justiça de Gênero, deve ser reafirmada, amplamente divulgada e contextualizada nas ações locais das OBFs.

### **3.6 Considerar as emoções e as novas linguagens na organização da vida social**

Nesse sentido, é ressaltado que emoções e linguagens são um tema importante. Se muitas políticas restritivas a direitos estão se impondo pelo medo, dar atenção a isto e trabalhar com linguagens sensíveis às necessidades das pessoas, valorando-se a potência do indivíduo – não enfatizar apenas o coletivo. Comunicar a ternura. A linguagem progressista predominante é muito urbana e muito intelectual. Fazer uso de linguagem mais simples e criar identificação com as pessoas. Pessoas afeitas aos fundamentalismos sentem que aqueles discursos que estão falando diretamente a elas. Aprender desta estratégia discursiva é importante no desenvolvimento de novas linguagens.

Na pesquisa foram colhidos relatos de movimentos sociais estarem trabalhando com místicas (ritos híbridos cristãos, indígenas, afrodescendentes), que estabelecem maneiras de expressão espontânea e emotiva em suas atividades, que incluem expectativas, sonhos e esperanças, à luz do que foi mencionado no item anterior. Destacou-se o valor destas experiências e a importância de se seguir no aprofundamento delas. Reconhece-se que as místicas ocupam de tempo das discussões e trabalhos, mas pessoas envolvidas as valorizam. Elas podem ser transformadas em conteúdo do próprio trabalho e não serem tratadas como um protocolo obrigatório.

### 3.7 Rever o discurso de defesa do Estado Laico como oposição aos fundamentalismos

Como identificado nesta pesquisa FESUR, é característico dos fundamentalismos político-religiosos contemporâneos o recurso a uma secularização estratégica, que permite que as forças antigênero relacionadas a grupos religiosos ampliem suas vozes e eliminem tensões inter-religiosas. Esta estratégia permite aos fundamentalismos político-religiosos estabelecer um discurso laico, ancorado na ciência e nos direitos humanos, tornando possível uma disputa de espaço mais amplo com agentes seculares e Estados. Tanto católicos/as quanto evangélicos/as estão protagonizando cada vez mais participação no espaço público nos países priorizados na pesquisa, com um discurso secularizado, de defesa do Estado laico, por meio de especialistas nos campos da saúde, do direito e da educação. Isto se concretiza fortemente na criação de ONGs, por grupos religiosos, que se articulam em redes regionais, organizam ações locais e alcançam representação em espaços regionais estratégicos como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Nestes espaços, é apresentado um discurso em torno dos direitos com base em interpretação restritiva de instrumentos internacionais de direitos humanos, como expressão do Estado laico (OBSERVATORIO DE SEXUALIDAD Y POLÍTICA, 2020).

Nesse sentido, apelar ao Estado laico como oposição aos avanços fundamentalistas, portanto, é contraprodutivo no novo perfil de ações fundamentalistas que se percebe (Andréa Silveira, entrevista). De outra parte, é preciso compreender esta estratégia dos fundamentalismos, para que defensores dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos elaborem estratégias efetivas de resposta. Entre elas, torna-se relevante a organização de ciclos de diálogos que envolvam movimentos por direitos, OBFs, grupos de pesquisa e núcleos de universidades ligados ao tema, para se produzir conteúdos esclarecedores na forma de publicações objetivas em mídias sociais e encontros de formação para diferentes tipos de público. Os conteúdos devem tratar do que significa a separação entre Estado e religiões, a garantia do direito à igualdade e à liberdade religiosas, o lugar das crenças religiosas na gestão pública, direitos humanos e Estado laico.

É importante também criar um banco de dados sobre as ONGs que atuam no espaço público com o discurso científico e secularizado para defender a negação de direitos, em especial as articulações e lideranças que tem atuado na OEA e na ONU. Estudar formas de desconstruir conteúdos que estas pessoas e grupos expõem, com estratégias de comunicação eficazes, mas também de antecipar contradiscursos.

### 3.8 Atenção à juventude

Dar mais atenção à juventude pois é um segmento mais aberto a outros olhares sobre a sociedade. O fato de estarem todo o tempo conectados em rede, experimentando outras culturas, torna os jovens mais abertos ao reconhecimento dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos. Por isso a mensagem fundamentalista os atinge menos e ao mesmo tempo tornam-se prioridade nas ações fundamentalistas, como descrito neste texto.

### 3.9 Aprender com comunidades indígenas e afrodescendentes

Destacam-se os relatos de que nas comunidades indígenas a resistência se dá pelo apego à terra, com a compreensão de que se a terra desaparece, as comunidades desaparecem. A teologia cristã do novo céu e da nova terra se encontra com esta religiosidade originária e anima à ocupação e à defesa dos territórios indígenas. É indicado pelos participantes da pesquisa que há que se fortalecer e dar visibilidade às organizações autônomas de povos indígenas, na atuação pelo direito à autodeterminação, ao autogoverno e a novas economias, o que implica longo prazo para formar gerações. O mesmo com comunidades afrodescendentes: trabalhar o empoderamento das populações étnicas, o cultivo de suas tradições e sua relação com os territórios.

Estes elementos a serem visibilizados podem integrar os programas de formação crítica indicados acima e a produção e a disseminação de conteúdos por meio de cursos, debates e veiculação

em mídias sociais. É importante também ressaltar o tema da segurança alimentar em relação à saúde, frente à insegurança imposta pelo agronegócio e a industrialização de alimentos, dando lugar à experiência indígena e afro em formações e informações a ele relacionadas.

### 3.10 Reformular processos comunicacionais

É fundamental ter uma forte estratégia de comunicação na implementação de respostas aos fundamentalismos político-religiosos. A ação compartilhada entre o Programa Global de Gênero de ACT Aliança, a Comunidade de Prática (CoP) de Justiça de Gênero de ACT América Latina e Caribe e a Agência Ecumênica Latino-Americana e Caribenha de Notícias (ALC) é um exemplo de prática de comunicação que pode ser realizada em aliança.

A ocupação das mídias digitais deve ser uma estratégia privilegiada, como tem sido para os grupos fundamentalistas, como foi insistentemente assinalado nas várias entrevistas e grupos focais. Para tal, é preciso superar preconceitos com a presença nas mídias digitais e ocupá-las, o que significa desenvolver linguagem acessível, popular, com uso de motes (slogans), que mescle oralidade com imagens, que atraia a atenção de jovens e responda a expectativas por conteúdos dos diferentes grupos-alvo.

Isto significa disputar espaço na arena pública com narrativas e liderança que dê protagonismo a igrejas progressistas, combinando formas institucionais tradicionais de comunicação com as novas formas, em especial as digitais. Deve-se considerar entre as ações, o trabalho de relações públicas, que atinja jornalistas das mídias não-religiosas para oferecer vozes alternativas aos fundamentalismos (religiosos ou não), para aumentar a visibilidade dos contextos da América do Sul em nível global e os impactos dos fundamentalismos e contribuir com a ampliação de redes e alianças já indicadas neste item do texto.

É necessário estabelecer processos de capacitação para a ocupação das mídias digitais pelos diferentes níveis de lideranças de igrejas e OBFs. Incluir neles a formação em comunicação e direitos humanos, habilidades para realizar influência social (liderança de opinião) e para convocar de forma eficaz os atores sociais, eclesiais e culturais.





## A título de conclusão: o coronavírus e a potencialização da crise na democracia e nos direitos humanos

Esta pesquisa, realizada entre fevereiro e junho de 2020, foi desenvolvida no contexto da COVID-19 na América do Sul. Metodologias propostas tiveram que ser alteradas e entrevistas e grupos focais, realizados de forma virtual, foram permeados pelos sentimentos das pessoas envolvidas em relação a esta crise social humanitária, na qual as fragilidades da democracia e dos direitos humanos ficaram evidenciadas.

Quando a OMS expõe o COVID-19 como uma pandemia global, chama a atenção para consequências dramáticas da globalização, e para a importância da cooperação e da coordenação de ações entre os países. O fato é que a pandemia pôs em xeque os sistemas de saúde do mundo inteiro, desmascarando exclusões sociais, descasos e ineficiências. É um golpe também nas economias, estas mesmas globalizadas, centradas na lógica do mercado financeiro e do lucro.

Assim se dá na América do Sul, quando a pandemia colocou em evidência vários elementos importantes na crise em que fundamentalismos enfraquecem a democracia e os direitos humanos: vulnerabilidade do Estado mínimo, megaexploração do trabalho, crescimento da violência de gênero nos espaços de isolamento social, descarte dos idosos, aumento da violência policial, racismo contra as populações indígenas e afrodescendentes. Há também a juventude que está em todos os momentos em busca de perspectivas, trabalho e projetos futuros. Todos estes aspectos foram ressaltados pelos/as participantes da pesquisa.

A eles também se referiu o secretário-geral da ACT Aliança Ruedelmar Bueno de Faria, em sua conferência de abertura do Seminário Internacional Fundamentalismos, Democracia e Direitos Humanos, realizado pelo FESUR, de 19 a 21 de agosto de 2020:

*[A pandemia de covid-19] revelou mais abertamente as disfunções de uma “normalidade” que já estava em crise na maioria de nossas sociedades, especialmente as desigualdades chocantes como o racismo. A pandemia também exacerbou ameaças relacionadas ao meio ambiente, encolhendo espaço para a sociedade civil, polarização entre famílias, grupos e sociedades, populismo e autoritarismo. Todos nós sabemos que as mudanças climáticas são uma ameaça à vida, aos meios de subsistência e a toda a criação em todo o mundo. As mudanças climáticas aumentam a pobreza e a desigualdade e prejudicam a capacidade das comunidades, principalmente camponesas e indígenas, de desfrutar de uma vida plena com dignidade. É muito mais difícil ficar calado e inativo diante dessa realidade que ameaça a humanidade e o planeta.*

Em meio a tudo isto, como apresentado ao longo deste relato de pesquisa, também há uma população para a qual as religiões dão sentido e estruturam a vida. As leituras decorrentes dela precisam levar isto em conta ao se pensar o futuro.

# Referências

Ainz, Alexandra. (2011). Acotando el Concepto de Fundamentalismo: una definición. *Anales de Teología*, 13.1, 143-171, 2011. <https://bit.ly/2C0vhA6>

Alencar, Gustavo. (2018) Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interlocações com a Política. *Teoria e Cultura*, 13(2), 101-117. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12428/7491>

Núcleo de Epistemologias, Promoção Emancipatória da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (2010). *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=am-missao-religiosa-desestabiliza-mundo-cultural-de-povo-indigena-isolado>

Armstrong, Karen (2009). *Em nome de Deus – o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. Companhia das Letras.

Assmann, Hugo. (1986). *A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina*. Editora Vozes.

Barr, James. (1977). *Fundamentalism*. SCM Press.

Bava, Silvio C., Romano, Jorge (2017, 6 de julho). Vamos falar de populismo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 120. <https://diplomatique.org.br/vamos-falar-de-populismo-2/>. Acesso em 5 jun 2020

Becerra, Gabriel C. (2015). Setenta años de misiones protestantes en el Vaupés, 1940-2010: el caso de la Misión Nuevas Tribus. *Boletín Cultural y Bibliográfico*, vol. XLIX, n. 89, p. 66-85. Disponível em: [https://publicaciones.banrepultural.org/index.php/boletin\\_cultural/article/view/7528](https://publicaciones.banrepultural.org/index.php/boletin_cultural/article/view/7528). Acesso em 5 jun 2020

Benjamin, Walter (2015). *O Capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo

Bento XVI consolidou o giro conservador que João Paulo II impôs à América (2013, 27 de fevereiro). *IHU On Line*, <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/517940-bento-xvi-consolidou-o-giro-conservador-que-joao-paulo-ii-impos-a-america-latina>

Bento XVI (2012, 21 de dezembro). Discurso do Papa Bento XVI. *À Cúria Romana na apresentação de Votos Natalícios*. [http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20121221\\_auguri-curia.html](http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html).

Blunt, Rose (2019, 12 de agosto). O líder indígena que morreu por causa do contato com o mundo exterior. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49323987>

Bobbio, Norberto, Matteucci, Nicola, Pasquino, Gianfranco (1998). *Dicionário de Política*. Universidade de Brasília.

Bolsonaro sanciona com vetos lei para proteger indígenas durante pandemia (2020, 8 de julho). Senado Notícias, 8 jul 2020. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/08/bolsonaro-sanciona-com-vetos-lei-para-protetger-indigenas-durante-pandemia>.

Brasher, Brenda E. (Ed.). (2001). *Encyclopedia of Fundamentalism* (Vol. 1 - Religion and Society). Routledge.

Brown, Wendy (2006). American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory*, 34(6), 690-714. <https://sxpolitics.org/wp-content/uploads/2018/05/Wendy-Brown-American-Nightmare.pdf>

Brown, Wendy (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Editora Politeia.

Burity, Joanildo (2016). Religião, cultura e espaço público: onde estamos na presente conjuntura? In Mezzomo, Frank A., Pátaro, Cristina S. O., Hahn, Fábio A. (Orgs.). *Religião, Cultura e Espaço Público* (pp. 13-50). Olho D'Água/Fecilcam.

- Campana, Maximiliano (2020). *Políticas antigénero en América Latina: Argentina*. Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)/ABIA. <https://sxpolitics.org/GPAL/>
- Carvalho, Guilherme (n.d). O Nome de Deus no Governo Bolsonaro: uma crítica teológico-política. <https://guilhermedecarvalho.com.br/2020/03/20/o-nome-de-deus-no-governo-bolsonaro-uma-critica-teologico-politica/>
- Chade, Jamil (2020, 3 de março). Lobby religioso ameaça direitos da mulher, alerta relator da ONU. *Notícias UOL*. <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/03/03/relatorio-onu-brasil-religioo-educacao-sexual.htm?cmpid=copiaecola>.
- Chaher Sandra, Florentín Claudia, Gabioud Marcela (2020). *Grupos antiderechos: la disputa por el sentido en los medios de comunicación y las redes sociales de Argentina*. Comunicación para la Igualdad Ediciones.
- Comissão Europeia (2018). *Plano de Ação contra a Desinformação. Bruxelas, JOIN 36 final*. <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=JOIN:2018:0036:FIN:PT:PDF>
- Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe (Cepal) (2017). *Situación de las personas afrodescendientes en América Latina y desafíos de políticas para la garantía de sus derechos*. Naciones Unidas. [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42654/S1701063\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42654/S1701063_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Coronel, Omar (2019, 3 de dezembro). ¿Por qué el malestar social en Perú no estalla como en otros países de América Latina? *BBC*. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50644745>.
- Corrêa, Sonia, Kalil, Isabela (2020). *Políticas antigénero en América Latina: Brasil – ¿La catástrofe perfecta?* Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)/ABIA. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL>
- Cunha, Magali do Nascimento (2012). Religião na esfera pública: a tríade mídia, mercado e política e a reconstrução da imagem dos evangélicos brasileiros na contemporaneidade. Reblin, Iuri Andréas, Von Sinner, Rudolf (Orgs.). *Religião e Sociedade: Desafios contemporâneos*. EST/Sinodal.
- Damiani Gerson, Pereira, Wagner Pinheiro, Nocetti, María A. G. (Orgs.), Paredes, Beatriz (Coord.) (2018). *O Mundo Indígena na América Latina: Olhares e Perspectivas*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Diamond, Sara (1995). *Roads to Dominion: Right-wing Movements and Political Power in the United States*. Guilford Press.
- Douglas, Christofer (2018). Religion and Fake News: Faith-Based Alternative Information Ecosystems in the US and Europe. *The Review of Faith & International Affairs*, 1(16), 61-73. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15570274.2018.1433522?journalCode=rfia20>
- Drollinger, Ralph (2019, 18 de fevereiro). What the Bible Says About Our Illegal Immigration Problem. *Capitol Ministries*. <https://capmin.org/bible-says-illegal-immigration-problem/>
- Drollinger, Ralph (2020, 21 de março). Is God Judging America Today? *Capitol Ministries*. <https://capmin.org/is-god-judging-america-today/>
- Duarte, Tatiane S. (2019). *Relatoria sobre Laicidade do Estado e Reforma do Sistema Político*. Paper.
- Fonseca, Alexandre B. (2019). Evangelicals in Brazil: Analysis, Assessment, Challenge. Miller E., Morgan R. (Eds.) *Brazilian Evangelicalism in the Twenty-First Century. Christianity and Renewal - Interdisciplinary Studies*. Palgrave Macmillan, Cham.
- Freyre, Gilberto (2003). *Casa-grande & senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Global.
- Guadalupe, José L. P., Grundberger, Sebastian (Eds.). (2019). *Evangélicos y Poder en America Latina* (2 ed.) Instituto de Estudios Social Cristianos (IESC)/ Konrad Adenauer Stiftung (KAS).
- Habermas, Jürgen (2007). *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Tempo Brasileiro.

Habermas, Jürgen, Ratzinger, Joseph (2007). *Dialética da Secularização: sobre razão e religião*. (3 ed). Ideias & Letras.

Hernandez, Franklin G. (2020). *Políticas antigénero en América Latina: Colombia - agentes conservadores contra los derechos sexuales y reproductivos*. Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)/ABIA. <https://sxpolitics.org/GPAL>

Kunzman, Robert (2010, Outubro). Homeschooling and religious fundamentalism. *International Electronic Journal of Elementary Education*, 3 (1), 17-28.

Llona, Aimar R. (2017). Homofobia de Estado y diversidad sexual en África. Relato de una lucha. *Cuadernos de Trabajo Heogo*, 73. <http://publicaciones.hegoa.ehu.es/eu/publications/371>

Lopes, Mauro (2017, 24 de junho). João Paulo II: os anos de terror na Igreja. *IHU On Line*: <http://www.ihu.unisinos.br/eventos/568973-joao-paulo-ii-os-anos-terror-na-igreja>.

Los ‘Diálogos improbables’ de John Paul Lederach, una forma de construir confianza en los territorios (2018, 6 de junho). *Comision para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición de Colômbia*. <https://comisiondelaverdad.co/>

Majluf, Betsaida P. (2018, 15 de março). Derechos sexuales y reproductivos en Perú, *AmecoPress*, Información para la Igualdad, <https://amecpress.net/Derechos-sexuales-y-reproductivos-en-Peru>

Manrique, Luis E. G (2006). Un poder paralelo: el crimen organizado en América Latina. *Análisis del Real Instituto Elcano. Estudios Internacionales e Estratégicos*, 84, 2006. [http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano\\_es/contenido?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/elcano\\_es/zonas\\_es/ari+84-2006](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari+84-2006).

Marsden, George (1991). *Understanding Fundamentalism and Evangelicalism*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans.

Marty, Martin (1992). O que é fundamentalismo? Perspectivas teológicas. *Concilium: Revista Internacional de teologia*, 28 (241), 333-346.

Meneses, Daniela (2019). Con Mis Hijos No Te Metas: un estudio de discurso y poder en un grupo de Facebook peruano opuesto a la “ideología de género”. *Anthropologica*, 37(42). 129-154. [http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S0254-92122019000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S0254-92122019000100007&script=sci_arttext).

Miguez Bonino, José (2003). *Rostos do protestantismo latino-americano*. São Leopoldo: EST/Sinodal.

Minowa, Evelin (2016, 26 de outubro). As eleições de 2016 no Peru e os desafios da esquerda peruana. *Movimento*. <https://movimentorevista.com.br/2016/10/eleicoes-peru-esquerda-frente-ampla/>

Miskolci, Richard (2007). Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, 28, 101-128. <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/06.pdf>.

Moragas, Mirta (2020). *Políticas Antigénero en América Latina: el Caso de la Organización de los Estados Americanos (OEA)*. Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)/ABIA. <https://sxpolitics.org/GPAL/>

Negrão, Lísias N. (2001). Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(46), 119-129. <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n46/a06v1646.pdf>

Núcleo de Epistemologias, Promoção Emancipatória da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (2010). *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=am-missao-religiosa-desestabiliza-mundo-cultural-de-povo-indigena-isolado>

Observatorio de Sexualidad y Política (SPW). (2020) *Políticas Antigénero en América Latina: Estudios de Caso*. <https://sxpolitics.org/GPAL/>.

Pierucci, Antônio F (1992, 30 de maio). Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa. *Revista USP*, 13, 144-156.

- Pina, Rute (2017, 29 de novembro). Do México ao Uruguai, campanha contra “ideologia de gênero” mobiliza conservadores. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/29/do-mexico-ao-uruguai-campanha-contras-ideologia-de-genero-mobiliza-conservadores/>
- President expels fundamentalist New Tribes Mission. (2005, 27 de outubro) *Survival International*. <https://www.survivalinternational.org/news/1116>
- Ramirez, Gabriela A. (2020) *Políticas Antigénero en América Latina – “Ideología De Género”, Lo “Postsecular”, el Fundamentalismo Neopentecostal y el Neointegrismo Católico: La Vocación Anti-Democrática*. Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)/ABIA. <https://sxpolitics.org/GPAL/>
- Report of the Special Rapporteur on freedom of religion or belief (2020, 27 de fevereiro). *ONU, Human Rights Council*. [https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Religion/A\\_HRC\\_43\\_48\\_AdvanceUneditedVersion.docx](https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Religion/A_HRC_43_48_AdvanceUneditedVersion.docx)
- Restrepo, Eduardo (2017). Afrodescendientes y minería: tradicionalidades, conflictos y luchas en el norte del Cauca, Colombia. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 14(2), 1-15, [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-43412017000200403](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412017000200403).
- Rocha, Daniel (2002). Da “minoría silenciosa” à Maioria Moral: transformações nas relações entre religião e política no fundamentalismo norte-americano na década de 1970. *Religião e Sociedade*, 1(40), 91-113. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-85872020000100091](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872020000100091)
- Santos, Boaventura S. (2014). *Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez.
- Schwartz, Mattathias (2019, 29 de outubro). How the Trump Cabinet’s Bible Teacher Became a Shadow Diplomat. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2019/10/29/magazine/ralph-drollinger-white-house-evangelical.html>
- Schopenhauer, Arthur (2005). O mundo como vontade e como representação. Unesp.
- Scott, Eugene (2020, 27 de março). A White House faith adviser is under fire for appearing to suggest coronavirus is due to God’s wrath over homosexuality, environmentalism. *The Washington Post*. <https://www.washingtonpost.com/politics/2020/03/27/top-white-house-faith-adviser-is-under-fire-suggesting-that-coronavirus-is-due-gods-wrath-over-homosexuality-environmentalism/>
- Souza, Andrea S. (2017). *O legado fundamentalista do Seminário Teológico de Westminster: reformistas x reconstrucionistas no espaço público americano*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório de Teses da UFJF. <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/4483/1/andreasilveiradesouza.pdf>.
- Univision y Agencias (2019, 22 novembro). Manifestaciones en Colombia terminan en violencia: 3 muertos y 250 heridos en las protestas contra el presidente Iván Duque. *Univision*. <https://www.univision.com/noticias/america-latina/manifestaciones-en-colombia-terminan-en-violencia-3-muertos-y-250-heridos-en-las-protestas-contras-el-presidente-ivan-duque-fotos-fotos>
- Vaggione, Juan M. (2012) La “Cultura De La Vida”. Desplazamientos Estratégicos del Activismo Católico Conservador frente a los Derechos Sexuales y Reproductivos. *Religião e Sociedade*, 2(32), 57-80. <https://www.scielo.br/pdf/rs/v32n2/04.pdf>.
- Vilaça, Aparecida (2008). Conversão, predação e perspectiva. *Mana*, 14(1), 173-204. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132008000100007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000100007).
- Villagra, Luis R. (Coord.). (2015). *Neoliberalismo en América Latina. Crisis, Tendencias y Alternativas*. CLACSO/BASE.
- Vitte, Claudete C. S. (2017). *A terra é novo ouro: Geopolítica dos alimentos, conflitos por terras e principais atores envolvidos na América do Sul* [XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo, Brasil. Anais]. [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sesoes\\_Tematicas/ST%204/ST%204.4/ST%204.4-02.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesoes_Tematicas/ST%204/ST%204.4/ST%204.4-02.pdf).
- Watson, Fiona (2015, 6 de maio). Brazil: Fundamentalist missionary accused of ‘enslaving’ isolated Indians. *Survival*. <https://www.survivalinternational.org/news/10760>.

Weber, Max (2004). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (V. 2) Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Williams, Raymond (1979). *Marxismo e Literatura*. Zahar.

Williams, Daniel K (2010). *God's Own Party: The Making of the Christian Right*. Oxford,

Wilson, Bruce (2010, 17 de maio). "It's Scary" - GOP's Lou Engle Problem Getting Bigger". *Daily Kos*. <https://www.dailykos.com/stories/2010/5/17/867144/-Its-ScaryGOPs-Lou-Engle-Problem-Getting-Bigger>

Vaz, Antenor (2008, junho). Missão, o veneno lento e letal [Relatório da Fundação Nacional do Índio]. <https://www.yumpu.com/pt/document/view/3834655/missao-o-veneno-lento-e-letal-dos-suruwaha>

## Coleta de Insumos

**Coleta de insumos – entrevistas com especialistas (março, abril, maio) = 21**

### Argentina

Claudia Patricia Florentin, comunicadora, Teóloga, editora da Agência ALC Notícias

Maximiliano Campana, Doutor em Direito e Ciências Sociais, Centro de Investigações Jurídicas e Sociais UNC e ao CONICET

Néstor Oscar Míguez, Doutor em Teologia e Diplomado em Antropologia Social e Política, Aposentado do ex-Instituto Universitário ISEDET

Washington Uranga, Doutor em Comunicação, Universidade de Buenos Aires

### Brasil

Andréa Silveira, Doutora em Ciência da Religião, pesquisadora no REDUGE - Grupo de Pesquisa em Religião, Educação e Gênero do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora

Ivone Gebara, Doutora em Filosofia e Ciências Religiosas, teóloga católica aposentada.

Joanildo Burity, Doutor em Ciência Política, Fundação Joaquim Nabuco

Lyndon de Araújo Santos, Doutor em História, Universidade Federal do Maranhão

Rogério Diniz Junqueira, Doutor em Sociologia, Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Centro de Estudos Multidisciplinares Avançados da Universidade de Brasília (UnB)

Sandra Quintela, formada em Economia, Pós-Graduada em Políticas de Desenvolvimento e Mestre em Engenharia de Produção (COPPE-UFRJ), coordenadora geral do PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o CONE SUL), do Jubileu do Sul e Justiça Global

## Colômbia

Carlos Enrique Angarita Sarmiento, Doutor em Teologia, Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Javeriana de Bogotá

Edgar Antonio López, Doutor em Teologia, Pontifícia Universidade Javeriana

Marcela Sanchez Buitrago, assistente social, Colômbia Diversa

Olga Consuelo Vélez, Doutora em Teologia.

William Mauricio Beltrán Cely, Sociólogo e Doutor em Estudos Latino-Americanos, Universidade Nacional da Colômbia

Sonia Patricia Larotta, Mestre em Geografia.

## Peru

Daniel Esteban Córdova Vásquez, Bacharel em Teologia, Associação Educacional Teológica Evangélica (AETE)

José Luis Pérez Guadalupe, Licenciado em Teologia e Doutor em Ciências Políticas e Sociologia, Escola de Pós-Graduação da Universidade do Pacífico (Lima-Peru)

Mauro Alejandro Rivas, Teólogo, Mestre em Filosofia Prática e Graduado em Direito, Associação de Paz e Esperança

Oscar Amat e León Perez, Sociólogo da Igreja Luterana Cristo Rey

Rolando Pérez Vela, Mestre em Comunicação, Universidade Católica do Peru (PUC Lima) e Associação Paz e Esperança

## Coleta de insumos – Grupos focais (março, abril, maio) = 47

## Argentina

Claudia Raquel Tron, pastora da Igreja Evangélica de Valdense

Dennis Alan Smith, missionário da Igreja Presbiteriana (EUA)

Estela Andersen, pastora da Igreja Evangélica do Rio da Prata

Marcelo Figueroa, presbítero de Iglesia Presbiteriana San Andrés

María del Pilar Cancelo, FORUMACT Argentina para o Serviço Evangélico da Diaconia (SEDI), Associação Civil.

## Brasil – Grupo 1

Alexandre P. Quintino, jovem, Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, Evangélicos pela Diversidade

Ana Paula Rosário, jovem, Instituto Odara (mulheres negras)

Sandro Luckmann, pastor e educador do Conselho de Missões entre os Povos Indígenas (COMIN) da Igreja Evangélica da Confissão Luterana.

Ronaldo Santos, coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ

Sirley Vieira, coordenador do Instituto Papai (gênero e masculinidades), coordenador da Rede Masculina de Igualdade de Gênero (RHEG), membro do Comitê Consultivo da Campanha #HeForShe (#ElesPorElas) da ONU Mulheres

Viviane Hermida, assessora da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), movimento feminista.

## **Brasil - Grupo 2**

Ana Gualberto, Koinonia Presença Ecumênica e Serviço (áreas de gênero e quilombos) e Candomblé

Beto de Jesus, educador e teólogo da Igreja Anglicana, ativista da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transsexuais (ABGLT), diretor da Fundação de Assistência à Saúde da Aids (AHF) Brasil

Lorena Araújo, IMENA (Instituto de Mulheres Negras do Amapá) e Articulação de Jovens Feministas Negras

Mauro Nunes, sacerdote do Candomblé, ativista pela liberdade religiosa, por LGBTQI+ e causas de saúde

Roberto Antônio Liebgott, coordenador do Conselho Missionário Indígena (CIMI), Região Sul, da Igreja Católica

Sônia Correia, fundadora do SOS-Corpo, coordena o Observatório de Sexualidade e Política (Sexuality Policy Watch, SPW) no Brasil, um projeto baseado na Associação Interdisciplinar Brasileira de Aids (Abia)

## **Colombia - Grupo Rede Nacional de Mulheres**

Beatriz H. Quintero

Martha Lisbeth Alfonso Jurado

Norma Lucia Bermudez Gomez

Susana Mejía González

## **Colômbia - Grupo de Jovens (mediação de CREAS - Centro Regional Ecumênico de Assessoria e Serviço)**

Adriana Milena Gutiérrez López, CRU (Campus Crusade for Christ International)

Armando Suarez Molina, Igreja de Deus na Colômbia (Church Of God)

Katherin Bolívar Castañeda, CREAS

Lizeth Durán, DiPaz - Diálogo Intereclesial pela Paz

Santiago Orozco Ramírez, Fundação para o Desenvolvimento Humano Integral (FUNDESHI)

## **Colômbia - Grupo DiPaz - Diálogo Intereclesial pela Paz**

Adelaida Jimenez Cortes, DiPaz

Jeferson Rodríguez Galeano, coordenador Nacional de Alianças com o setor inter-religioso da World Vision  
Colombia

Piedad, Jenny Neme Neiva, DiPaz

Jesus Alberto Franco Giraldo, Comissão Inter-Igreja de Justiça e Paz e Rede de Igrejas e Mineração

Lizeth Durán, DiPaz

Sara Cristina Lara González, Grupo de Gênero - Dipaz

Carolina Viviana Machuca Martinez, DiPaz

## **Peru**

Adita Torres Lescano, pastora da Igreja Luterana do Peru

Aurora Luna, Alfalit no Peru

Edelvis Rodriguez Cadillo, Igreja Luterana de Cristo Rei

Gerson Zamora Santiago, Faculdade de Teologia e Religião (AETE)

Isabel Del Pilar López Meza, Associação de Grupos Universitários Evangélicos do Peru (AGEUP)

Piera Gutierrez Huanca, Associação Paz e Esperança

Rocio Palomino Bonilla, Diakonia/Peru

Ruth Esther Alvarado Yparraguirre, Associação Paz e Esperança

## **Entrevista em grupo para aprofundar o conteúdo dos efeitos dos fundamentalismos nas comunidades tradicionais indígenas e afrodescendentes**

Adriel Ruiz, estudos afrodescendentes, Colômbia

Eleuterio Melián, líder afrodescendentes da comunidade San Félix de Santiago del Estero (Chaco argentino),  
Argentina

Jesus Alfonso Flórez Lopes, Decano de Humanidades e Artes da Universidade Autônoma de Occidente,  
estudos indígenas e afrodescendentes, Colômbia

Jorge Arboccó, Associação Paz e Esperanza, Peru, causa indígena

Leo Suarez, equipe do United Mission Board, indígena e técnico da área de Eco-espiritualidade, Argentina

Luisa Bustamante (Nachi), ativista afrodescendente, Peru

## **Entrevista em grupo para discussão de conteúdos enfatizados na investigação - Comunidade de Prática (CoP) de Justiça de Gênero da ACT na América Latina e no Caribe = 06**

Ana Gualberto, assessora de Koinonia Presença Ecumênica e Serviço para trabalho com comunidades quilombolas e na área de gênero

Claudia Gómez, coordenadora regional de gênero da Diakonia Latin America, Colômbia

Denise Chávez, responsável por gênero na Diakonia, Peru

Laura Chacón, moderadora da CoP de Justiça de Gênero da ACT

Pilar Cancelo, diretora do Serviço Evangélico de Diakonia, Argentina.

Renate Gierus, teóloga e pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, e coordenadora da COMIN-FLD, Brasil.



**FESUR**



**Fundamentalismos, crise da  
democracia e ameaça aos direitos  
humanos na América do Sul:**  
tendências e desafios para a ação

